



ESTADO DO ACRE
SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO

Av. Getúlio Vargas, 232, Palácio das Secretarias - 1º e 2º andares - Bairro Centro, Rio Branco/AC, CEP 69900-060

Telefone: - www.ac.gov.br

EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO N.º 152/2026 - COMPRASGOV N.º 90152/2026

O Estado do Acre, por intermédio da Secretaria Adjunta de Compras, Licitações e Contratos - SELIC, infra qualificada, torna público aos interessados que na data, horário, e condições abaixo indicados, fará realizar licitação na modalidade de **PREGÃO na forma ELETRÔNICA**, tudo de conformidade com Decreto Estadual nº. 11.363 de 22/11/2023, Lei Complementar nº. 123/2006, Lei nº. 8.078/90, Código de Defesa do Consumidor, aplicando-se subsidiariamente, a Lei nº. 14.133/2021 e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

Esta licitação foi regularmente autorizada pelo **Órgão Contratante** conforme consta no processo administrativo, sendo a Secretaria Adjunta de Compras, Licitações e Contratos - SELIC, órgão da estrutura administrativa da Secretaria de Estado de Administração - SEAD, responsável pelos procedimentos licitatórios, designada como **Órgão Promotor** da licitação.

PROCESSO ADMINISTRATIVO:	0820.017137.00101/2025-69
ÓRGÃO CONTRATANTE:	Secretaria de Estado do Meio Ambiente – SEMA/AC
UASG:	927996
MODALIDADE:	PREGÃO
FORMA:	ELETRÔNICO
SRP:	[] SIM [X] NÃO
CRITÉRIO DE JULGAMENTO:	[] MENOR PREÇO POR ITEM [X] MENOR PREÇO POR LOTE [] MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO POR ITEM [] MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO POR LOTE
MODO DE DISPUTA:	[X] ABERTO
VALOR DE CARÁTER SIGILOSO:	[X] SIM [] NÃO
VALOR ORÇADO:	[X] Valor Estimado [] Valor Máximo Aceitável [] Valor de Referência

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS (Observado o disposto no art. 4º § 1º da Lei 14.133/2021)	<input checked="" type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO
INTERVALO MÍNIMO DE DIFERENÇA ENTRE OS LANCES (DISPUTA ABERTA):	VALOR [R\$ 0,01]
INVERSÃO DE FASES:	<input type="checkbox"/> SIM <input checked="" type="checkbox"/> NÃO
PROVEDOR:	Sistema de Compras do Governo Federal (COMPRASGOV). http://www.gov.br/compras/pt-br/
DATA DA ABERTURA:	15/05/2026
HORÁRIO DE BRASÍLIA:	9h15min
PERÍODO DE RETIRADA:	29/04/2026 à DATA DE ABERTURA
ENDEREÇO ELETRÔNICO:	http://www.gov.br/compras/pt-br/ e/ou http://www.licitacao.ac.gov.br
PREGOEIRO(A):	Greice Quele da Silva Braga
DECRETO NOMEAÇÃO:	Portaria SEAD nº. 255 de 26 de Março de 2026, publicado no Diário Oficial do Estado do Acre, ano LVII, Nº. 14.233 de 27 de Março de 2026.
<p>Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a abertura do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e local estabelecidos no preâmbulo deste Edital, desde que não haja comunicação do(a) Pregoeiro(a) em contrário.</p>	

O Pregão será realizado pelo(a) Pregoeiro(a) a ser designado por esta secretaria, bem como os Servidores que irão compor a equipe de apoio. Na ausência ou impedimento do(a) Pregoeiro(a) ou equipe de apoio indicado neste item, poderão atuar outros servidores oficialmente capacitados e designados pela Administração.

1. DO OBJETO

1.1. Constitui objeto da presente licitação a **aquisição de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs)** destinados ao uso exclusivo de **65 brigadistas** contratados temporariamente pela **Secretaria de Estado do Meio Ambiente – SEMA/AC**, no âmbito das ações de prevenção e combate a incêndios florestais do **Projeto REM/KFW FASE 2**.

1.2. **Em caso de divergência existente entre as especificações deste objeto descritas no COMPRASGOV e as especificações constantes do Anexo I deste Edital prevalecerão às últimas.**

1.3. Acompanham este Edital os seguintes Anexos:

Anexo I: Termo de Referência

Anexo II: Minuta de Contrato

Anexo III: Modelo de Proposta de Preços

2. DOS PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÕES

2.1. Qualquer pessoa poderá apresentar pedido de esclarecimentos ou impugnação ao edital de licitação, por meio eletrônico, no e-mail: selic.protocolo@gmail.com, ou excepcionalmente ou por escrito e entregue sob protocolo da Secretaria Adjunta de Compras, Licitações e Contratos - SELIC, localizada na Estrada do Aviário, 927 –

Bairro Aviário - Rio Branco/Acre - CEP 69900-830, de segunda à sexta feira, no horário de 7h às 14h, **em até 03 (três) dias úteis antes da data fixada para a abertura da sessão pública.**

2.2. O(A) Pregoeiro(a) responderá aos pedidos de esclarecimentos e às impugnações no prazo de até 05 (cinco) dias úteis contados da data de recebimento do pedido, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame, podendo requisitar subsídios formais aos responsáveis pela fase preparatória.

2.3. A impugnação não possuirá efeito suspensivo, exceto em situações excepcionais devidamente motivadas pelo(a) Pregoeiro(a) nos autos do processo de licitação.

2.4. As respostas aos pedidos de esclarecimentos e às impugnações serão divulgadas por meio de notificações no sistema COMPRASGOV <http://www.gov.br/compras/pt-br> e no site <http://www.licitacao.ac.gov.br>, ficando todos os interessados obrigados a acessá-los para obtenção das informações prestadas pelo(a) Pregoeiro(a).

2.5. Acolhida a impugnação, será republicado o edital com as mesmas formalidades de sua publicação original e, conforme o caso, será definida nova data para a realização do certame, observando-se a regra do art. 145 do Decreto Estadual nº. 11.363 de 22/11/2023.

3. DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

3.1. A participação na licitação importa total, irrestrita e irretratável submissão dos proponentes às condições deste Edital.

3.2. Poderão participar deste PREGÃO ELETRÔNICO os interessados que:

3.2.1. Cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação.

3.2.2. Estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

3.2.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.2.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.2.5. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.3. **Não poderão concorrer direta ou indiretamente nesta licitação :**

3.3.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.3.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

3.3.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

3.3.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.3.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.3.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.3.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.3.8. tenham agente público integrante do órgão promotor e/ou do órgão solicitante da licitação, que participe da empresa na qualidade de sócio, dirigente ou responsável técnico, vedada também sua participação indireta;

3.3.8.1. A vedação de que trata o **item anterior** estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3.3.9. estejam sob falência, em recuperação judicial ou extrajudicial, concurso de credores ou insolvência, em processo de dissolução ou liquidação, **EXCETO quando autorizada judicialmente ou quando estiver com plano de recuperação aprovado e homologado.**

3.3.10. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

3.3.11. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021](#).

3.3.12. Conste a inscrição da empresa no [Sistema Integrado de Registro do Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS e Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP](#). Sendo a inscrição impeditiva apenas nos casos em que o efeito da sanção apontada no referido cadastro representar óbice à participação em licitações e contratações no Estado do Acre.

3.4. O impedimento de que trata o **item 3.3.4** será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.5. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os **itens 3.3.2 e 3.3.3** poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

3.6. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.7. O disposto nos itens **3.3.2 e 3.3.3** não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

3.8. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da [Lei nº 14.133/2021](#).

4. DO CREDENCIAMENTO E DA REPRESENTAÇÃO

4.1. O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao Sistema Eletrônico, no site <http://www.gov.br/compras/pt-br/>.

4.2. O credenciamento do interessado e de seu representante junto ao sistema eletrônico de compras implicará a sua responsabilidade legal pelos atos praticados e presunção de capacidade para a realização das transações inerentes à licitação.

4.3. Caberá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico de compras durante a sessão pública da licitação, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

4.4. Caberá ao licitante interessado em participar do processo licitatório na forma eletrônica observar o disposto no art. [148 do Decreto Estadual 11.363/2023](#).

5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

5.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

5.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, **conforme o critério de julgamento adotado neste Edital**, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

5.3. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto.

5.4. **No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que :**

5.4.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório, conforme disposto no [art. 63 § 1º da Lei 14.133/2021](#).

5.4.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição](#);

5.4.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#) ;

5.4.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

5.5. O licitante organizado em cooperativa, **quando permitido a participação**, deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#) .

5.6. **O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021.**

5.6.1. no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

5.6.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

5.7. A falsidade da declaração de que trata os **itens 5.4 ou 5.6** sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital.

5.8. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.9. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

5.10. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

5.11. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

5.11.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

5.11.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima, conforme estabelece o [artigo 19 da Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#)

5.12. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

5.12.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

5.12.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto, conforme estabelece a [Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de](#)

5.13. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do **item 5.11** possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

5.14. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

5.15. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

6.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

6.1.1. **Valor total ou percentual de desconto conforme critério estabelecido no preâmbulo deste edital**, e demais informações exigidas no próprio campo do sistema.

6.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

6.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

6.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.5. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

6.6. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações, quando participarem de licitações públicas.

6.7. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no **item 6.5**.

6.8. A existência de elementos na proposta que permitam a identificação do licitante, antes da fase de lances, ensejarão a desclassificação da proposta inicial, conforme estabelece no [art. 151 § 4º do Decreto Estadual 11.363/2023](#).

7. DA SESSÃO PÚBLICA

7.1. A abertura da sessão pública deste Pregão, conduzida pelo(a) Pregoeiro(a), ocorrerá na data e na hora indicadas no preâmbulo deste edital, no sítio <http://www.gov.br/compras/pt-br/>.

7.2. Durante a sessão pública, a comunicação entre o(a) Pregoeiro(a) e as licitantes ocorrerá mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico (“chat”).

7.3. Cabe ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

7.4. O(A) Pregoeiro(a) poderá suspender a sessão pública do certame, justificando, no “chat”, os motivos da suspensão e informando, quando houver, a data e o horário previstos para a reabertura da sessão.

7.5. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

7.5.1. Na inversão de fases prevista no item anterior, serão observadas as seguintes disposições:

I - apresentação simultânea pelos licitantes dos documentos de habilitação e das propostas, exceto os relativos à regularidade fiscal;

II - análise dos documentos de habilitação de todos os licitantes;

- III - divulgação do resultado da habilitação;
- IV - disputa entre os licitantes habilitados;
- V - exigência e análise dos documentos relativos à regularidade fiscal apenas do licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar;
- VI - divulgação do resultado do julgamento; e
- VII - previsão de duas etapas recursais, observando-se o disposto no [art. 241 do Decreto Estadual nº. 11.363 de 22/11/2023](#).

7.6. Qualquer interessado poderá acompanhar o seu desenvolvimento em tempo real, por meio da internet.

8. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS, FORMULAÇÃO DE LANCES E NEGOCIAÇÃO

- 8.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.
- 8.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 8.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o(a) Pregoeiro(a) e os licitantes.
- 8.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 8.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor total do lote .
- 8.6. O prazo mínimo de validade da proposta será de 60 dias a contar da sessão pública.
- 8.7. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 8.8. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema, observando-se, quando houver, o intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao que cobrir o melhor lance.
- 8.9. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser conforme intervalo disposto no preâmbulo do edital.
- 8.10. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.
- 8.11. Durante a fase de lances, o(a) Pregoeiro(a) poderá excluir, justificadamente, lance cujo valor seja manifestamente inexecutável.
- 8.12. Neste Pregão o **modo de disputa adotado é o "aberto"**, assim definido no [art. 155 do Decreto Estadual n.º 11.363, de 22 de novembro de 2023](#).
- 8.13. O envio de lances no pregão eletrônico o modo de **disputa "aberto"**, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
- 8.13.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 8.13.1.1. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 8.13.1.2. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.
- 8.13.2. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o(a) pregoeiro(a), auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir, por uma única vez, o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

- 8.13.2.1. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances.
- 8.13.2.2. Os lances iguais serão classificados conforme a ordem de apresentação.
- 8.13.3. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de classificação.
- 8.14. Não serão registrados lances iguais na etapa de disputa aberta e prevalecerá o que for registrado primeiro.
- 8.15. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, **vedada a identificação do licitante**.
- 8.16. No caso de desconexão com o(a) Pregoeiro(a), no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 8.16.1. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o(a) Pregoeiro(a) persistir por tempo superior a 15 (quinze) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada após comunicação expressa no sistema, sempre que possível, no turno seguinte ou em outra data previamente comunicada aos participantes com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas.
- 8.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 8.18. Após apresentação da proposta e/ou lances não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo(a) Pregoeiro(a).
- 8.19. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática no sistema. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006.
- 8.19.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
- 8.19.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.
- 8.19.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.
- 8.19.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
- 8.20. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, e art. 219 do Decreto Estadual nº 11.363/2023 nesta ordem:
- 8.20.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta de preço em ato contínuo à classificação;
- 8.20.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;
- 8.20.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;
- 8.20.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.
- 8.21. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:
- 8.21.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;
- 8.21.2. empresas brasileiras;

- 8.21.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
- 8.21.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009](#).
- 8.22. Esgotados todos os demais critérios de desempate previsto em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em sessão pública, para o qual todos os licitantes serão convocados.
- 8.23. O(A) Pregoeiro(a) poderá, durante a disputa, como medida excepcional, excluir a proposta ou o lance que possa comprometer, restringir ou frustrar o caráter competitivo do processo licitatório, mediante comunicação eletrônica no sistema.
- 8.23.1. Eventual exclusão de proposta do licitante na hipótese de que trata o item anterior implicará a retirada do licitante do certame.
- 8.24. Definido o resultado da disputa, o(a) Pregoeiro(a) poderá negociar o preço com o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar.
- 8.24.1. Ao licitante é assegurado o **prazo mínimo de 5 (cinco) minutos** para manifestação e/ou resposta, sob pena de desclassificação se extrapolar este limite de tempo, quando sua proposta estiver acima do estimado.
- 8.24.1.1. Caso o licitante manifeste o interesse em negociar, o(a) Pregoeiro(a) poderá conceder novo prazo para aceitação da contra proposta.
- 8.24.2. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo ou com o percentual abaixo do definido pela Administração.
- 8.24.3. A negociação será realizada, exclusivamente, por meio do sistema e poderá ser acompanhada pelos demais licitantes.
- 8.24.4. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.
- 8.25. Antes da convocação para apresentar a proposta adequada ao último lance, o(a) Pregoeiro(a) verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:
- 8.25.1. Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF;
- 8.25.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria Geral da União (<https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta?ordenarPor=nomeSancionado&direcao=asc>); e
- 8.25.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria Geral da União (<https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta?ordenarPor=nomeSancionado&direcao=asc>).
- 8.25.3.1. O registro sanção da empresa no SICAF ou CEIS ou CNEP será impeditiva apenas nos casos em que o efeito da sanção apontada no referido cadastro representar óbice à participação em licitações e contratações no Estado do Acre.
- 8.26. O(A) Pregoeiro(a) solicitará o envio da proposta de preços conforme condições mínimas previstas no **Modelo de Proposta de Preços constante do Anexo III deste edital**, no **prazo mínimo de 2 (duas) horas**, adequada ao valor final ofertado, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, **sob pena de desclassificação**.
- 8.27. O prazo de que trata o item anterior poderá ser prorrogado por igual período, antes do término do prazo originalmente previsto, mediante solicitação do licitante através do chat no sistema eletrônico ou através do e-mail: selic.protocolo@gmail.com, a critério do(a) Pregoeiro(a).
- 8.28. Para o envio dos documentos, o(a) Pregoeiro(a) fará uso da opção “**Convocar Anexo**”, selecionando na tela do Sistema, o fornecedor convocado. O Sistema encaminhará, via chat, mensagem de convocação disponibilizando-a a todos, inclusive para a sociedade. Nesse momento o fornecedor convocado poderá encaminhar arquivo anexo, por meio do link “Anexar”, disponível apenas para o fornecedor selecionado.
- 8.28.1. Confirmado o envio do anexo, o link “Anexar” do fornecedor passa a ter a função de “Consultar”. Na tela do(a) Pregoeiro(a), após a convocação, o Sistema informa na coluna “Anexo” o link “Convocado”, o qual, após o envio do anexo pelo fornecedor, passa a disponibilizar o link “Consultar”.
- 8.28.2. Diante da indisponibilidade momentânea do campo próprio do sistema eletrônico, o licitante, excepcionalmente, poderá remeter pelo e-mail selic.protocolo@gmail.com, dentro do prazo

estabelecido.

8.29. Incumbirá o Licitante acompanhar as operações no Sistema Eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo Sistema ou de sua desconexão.

8.30. Após a negociação do preço, o(a) Pregoeiro(a) iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

9. DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS E DA ACEITABILIDADE

9.1. O julgamento das Propostas de Preços dar-se-á **conforme critério de julgamento estabelecido no preâmbulo deste edital**, observadas as especificações técnicas e os parâmetros mínimos de desempenho definidos no Edital e seus anexos.

9.2. O(A) Pregoeiro(a) realizará a verificação da conformidade da proposta provisoriamente classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto especificado e à compatibilidade do preço ou percentual de desconto, conforme critério de julgamento estabelecido no preâmbulo, em relação ao estimado pela contratação.

9.3. **O(A) Pregoeiro(a) poderá solicitar parecer do setor técnico do órgão demandante para orientar sua decisão.**

9.4. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação.

9.4.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas.

9.5. **Será desclassificada a proposta que:**

9.5.1. Não atender às especificações técnicas previstas neste edital e seus anexos;

9.5.2. Permanecer, após a etapa de negociação, com preço acima do orçamento estimado para a contratação ou com o percentual abaixo ao estimado para a contratação;

9.5.3. Apresentar desconformidade insanável com quaisquer outras exigências do edital;

9.5.4. Apresentar preço manifestamente inexequível.

9.5.4.1. Considera-se inexequível a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

9.5.5. Não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pelo Administração.

9.6. Considera-se indícios de inexequibilidade da proposta:

9.6.1. em serviços de engenharia, valores inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração Pública; e

9.6.2. no caso de fornecimentos e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

9.7. O(A) Pregoeiro(a) por meio de diligência, deverá conferir ao licitante a oportunidade de demonstrar a exequibilidade de sua proposta.

9.7.1. A inexequibilidade, só ficará comprovada quando, cumulativamente:

9.7.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

9.7.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

9.8. Em sede de diligência, somente será possível a aceitação de novos documentos quando:

9.8.1. necessários para complementar informações acerca dos documentos já apresentados pelo licitante e que se refiram a fato já existente à época da abertura do certame;

9.8.2. destinados à atualização de documentos vencidos após a data de recebimento das propostas.

9.9. O(A) Pregoeiro(a), por meio de diligência, poderá encaminhar o processo para o órgão ou entidade

demandante para que se manifeste a respeito da exequibilidade da proposta.

9.10. A análise de exequibilidade da proposta não considerará materiais e instalações a serem fornecidos pelo licitante em relação aos quais conste da proposta renúncia expressa à parcela ou à totalidade da remuneração.

9.11. Quando o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar for desclassificado, o(a) Pregoeiro(a) convocará os demais licitantes, na ordem de classificação, para negociação.

9.12. Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas, empresas de pequeno porte, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o(a) Pregoeiro(a) passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar Federal n.º 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

9.13. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o(a) Pregoeiro(a) verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

10. DA HABILITAÇÃO

10.1. A habilitação dos licitantes será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal e trabalhista, à qualificação econômica financeira e qualificação técnica, conforme o disposto na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 26 de abril de 2018.

10.2. A verificação no SICAF ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante classificado em primeiro lugar.

10.3. As empresas licitantes deverão apresentar a seguinte documentação relativa à Habilitação Jurídica, à Regularidade Fiscal e Trabalhista, Qualificação Econômico-Financeira, Qualificação Técnica:

10.3.1. Habilitação Jurídica

a) Contrato social ou instrumento equivalente.

10.3.2. Regularidade Fiscal e Trabalhista

a) Prova de regularidade com a Fazenda Federal e Seguridade Social (Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União);

b) Prova de regularidade com a Fazenda Estadual e Municipal, do domicílio ou sede do licitante, na forma da lei

c) Certidão Negativa ou Certidão Positiva com efeitos Negativa da Dívida Ativa do Estado.

d) Prova de regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei; e

e) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT, ou Certidão Positiva com efeitos de Negativa, relativos a débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho.

10.3.3. Qualificação Econômico-Financeira

a) Certidão negativa de falência, concordata, recuperação judicial ou Certidão Negativa de Ação Cível em que não conste ação de falência/recuperação judicial/concordata/extrajudicial expedida pelo cartório distribuidor da sede da pessoa jurídica, **EXCETO quando autorizada judicialmente ou quando estiver com plano de recuperação aprovado e homologado**

b) Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, conforme estabelece o [Art. 69 da Lei 14.133/2021](#).

b.1) O último exercício social para o registro dos balanços nos órgãos competentes será aquele estabelecido no art. 1.078 do Código Civil Brasileiro, qual seja, 30 de abril do ano seguinte. Tal prazo, não se aplica as empresas que utilizam o Sistema Público de Escrituração Digital – SPED, que será até o último dia útil do mês de maio do ano seguinte.

c) O licitante deverá comprovar através seu balanço do último exercício social, que possui patrimônio líquido igual ou superior a 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação, na forma da lei, de acordo com o [§4º do art. 69 da Lei nº 14.133/2021](#).

10.3.4. Qualificação Técnica

a) **Atestado de capacidade técnica**, expedido por pessoas jurídicas de direito público ou privado, que comprovem ter o licitante fornecido satisfatoriamente os bens ou serviços pertinentes e compatíveis com o objeto desta licitação. Podendo ser exigido da proposta melhor classificada, em diligência, que apresente cópia autenticada do contrato da prestação do serviço ou da nota fiscal, que deram origem ao Atestado.

b) **E demais exigências solicitadas no ITEM 6.3 do Termo de Referência - Anexo I, do edital.**

10.4. A verificação pelo(a) Pregoeiro(a), em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

10.5. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf e documentos complementares (quando for o caso) serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo mínimo de **2 (duas) horas**, contado da solicitação do(a) Pregoeiro(a), **sob pena de inabilitação**.

10.5.1. O prazo de que trata o item anterior poderá ser prorrogado por igual período, antes do término do prazo originalmente previsto, mediante solicitação do licitante através do chat no sistema eletrônico ou através do e-mail: selic.protocolo@gmail.com, a critério do(a) Pregoeiro(a).

10.5.2. Para tanto, o(a) Pregoeiro(a) fará uso da opção “**Convocar Anexo**”, selecionando na tela do Sistema, o fornecedor convocado. O Sistema encaminhará, via chat, mensagem de convocação disponibilizando-a a todos, inclusive para a sociedade. Nesse momento o fornecedor convocado poderá encaminhar arquivo anexo, por meio do link “Anexar”, disponível apenas para o fornecedor selecionado.

10.5.3. Confirmado o envio do anexo, o link “Anexar” do fornecedor passa a ter a função de “Consultar”. Na tela do(a) Pregoeiro(a), após a convocação, o Sistema informa na coluna “Anexo” o link “Convocado”, o qual, após o envio do anexo pelo fornecedor, passa a disponibilizar o link “Consultar”.

10.5.4. Diante da indisponibilidade momentânea do campo próprio do sistema eletrônico, o licitante, excepcionalmente, poderá remeter pelo e-mail selic.protocolo@gmail.com, dentro do prazo estabelecido.

10.6. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no Sistema Eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo Sistema ou de sua desconexão.

10.7. Se o prazo de validade das certidões não estiver expresso, será considerado o prazo de 90 (noventa) dias consecutivos, excluindo-se nesta contagem o dia da emissão/expedição (o primeiro dia na contagem do prazo é o seguinte à sua emissão).

10.8. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das MEs e das EPPs será exigida nos termos do disposto no Decreto Federal nº 8.538, de 6 de outubro de 2015, ou de outro que vier a substituí-lo.

10.9. Na hipótese de haver alguma restrição relativa à regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado **prazo de cinco dias úteis, prorrogável por igual período**, para a regularização da documentação, sob pena de inabilitação.

10.10. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras na licitação, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados com tradução livre.

10.10.1. Na hipótese de o licitante vencedor ser estrangeiro, para fins de assinatura do contrato ou de aceitação ou retirada de instrumento equivalente, os documentos de que trata o item acima serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto Federal nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que vier a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

10.11. **O(A) Pregoeiro(a) poderá solicitar parecer do setor técnico do órgão demandante para orientar sua decisão.**

10.12. A documentação de habilitação poderá ser apresentada em versão original ou por cópia simples, por meio do sistema eletrônico.

10.13. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

10.14. Na hipótese de o licitante não atender às exigências de habilitação, o(a) Pregoeiro(a) examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao edital de licitação.

10.15. Constatado o atendimento às exigências estabelecidas no edital, o(a) Pregoeiro(a) declarará o(s) licitante(s) habilitado(s) e vencedor(es) do(s) respectivo(s) item(ns) ou lote(s) do certame.

10.16. A indicação do vencedor, e demais informações relativas à sessão pública do Pregão constarão de ata

divulgada no Sistema eletrônico, sem prejuízo das demais formas de publicidade prevista na legislação pertinente.

10.17. **DA AMOSTRA**

10.18. Conforme disposto no item 17.3 do Anexo I do presente Edital.

11. DO SANEAMENTO DA PROPOSTA E DA HABILITAÇÃO

11.1. Durante as fases de julgamento e de habilitação, o(a) Pregoeiro(a), mediante decisão fundamentada, poderá realizar diligências para sanear erros ou falhas que não alterem a substância das propostas e a validade jurídica dos documentos de habilitação.

11.1.1. A diligência deverá ser registrada em ata acessível aos licitantes.

11.2. Será vedada a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

I - complementação de informações ou esclarecimentos adicionais acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes;

II - atualização de documentos cuja validade tenha expirado; e

III - comprovação de situação fática preexistente à época da abertura do certame.

11.3. Para os fins do disposto no inciso III do item acima, será admitida a juntada de certidão ou atestado não anexados à documentação originalmente apresentada, desde que tenham data anterior à abertura do certame ou se refiram inequivocamente à condição adquirida pelo licitante antes da abertura do certame.

11.4. Na falta de documentos de habilitação que consistam em mera declaração do licitante sobre fato preexistente ou em simples compromisso por ele firmado, poderá ser concedido prazo para saneamento da falha.

11.5. A realização de diligências não conferirá ao licitante novo prazo ou oportunidade de obter condição ou requisito que antes não detinha, nem autorizará o(a) Pregoeiro(a) a fazer exigências novas não previstas no edital.

11.6. Na hipótese de necessidade de envio de documentos complementares à proposta e à habilitação, os documentos deverão ser apresentados em formato digital, no prazo mínimo de **02 (duas) horas**, a contar da solicitação do(a) Pregoeiro(a).

11.6.1. O prazo de que trata o item anterior poderá ser prorrogado por igual período, antes do término do prazo originalmente previsto, mediante solicitação do licitante através do chat no sistema eletrônico ou através do e-mail: selic.protocolo@gmail.com, a critério do(a) Pregoeiro(a).

11.7. Sendo necessária a suspensão da sessão pública para a realização de diligências, o reinício se dará mediante aviso prévio no sistema eletrônico, com, no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

11.8. Quando todos os licitantes forem desclassificados ou inabilitados, a Administração Pública poderá fixar o prazo de até 08 (oito) dias úteis para a apresentação de novas propostas escoimadas das causas de desclassificação ou inabilitação.

12. DOS RECURSOS

12.1. Do julgamento das propostas e da decisão de habilitação ou inabilitação, qualquer licitante poderá, de forma imediata e motivada, explicitando sucintamente suas razões, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, **em campo próprio do sistema eletrônico, no prazo não inferior a 20 (vinte) minutos**, manifestar sua intenção de recorrer, **sob pena de preclusão**.

12.1.1. O prazo para manifestação concedida no subitem anterior será de no mínimo 10 (dez) minutos por fase (proposta e habilitação).

12.2. A apresentação das razões recursais deverá ser feita no prazo de **03 (três) dias úteis contados do dia útil subsequente, inclusive, à data de manifestação da intenção de recorrer**, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para apresentar contrarrazões em igual prazo, que começará a contar do dia útil subsequente, inclusive, ao término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata das razões.

12.3. A apreciação se dará em fase única; e

12.4. Os efeitos do ato ou da decisão recorrida ficarão suspensos até a decisão final da autoridade competente.

12.5. Quando houver a inversão de fases de que trata o art. 141 do Decreto Estadual nº. 11.363 de 22/11/2023, a fase recursal ocorrerá em duas etapas, observando-se as seguintes disposições específicas, sem prejuízo das regras gerais previstas no caput:

12.5.1. intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente após a fase de habilitação e após a fase de julgamento, conforme o caso; e

12.5.2. a apreciação dar-se-á em duas fases, após a fase de habilitação e após a fase de julgamento, a partir da declaração do licitante vencedor, conforme o caso.

12.6. O recurso será dirigido ao(a) Pregoeiro(a), que, se não reconsiderar o ato ou a decisão no prazo de 03 (três) dias úteis, encaminhará o recurso, com a sua motivação, à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis contados do recebimento do processo.

12.7. A decisão do recurso deverá ser divulgada no sistema eletrônico.

12.8. O acolhimento do recurso implicará invalidação apenas de ato insuscetível de aproveitamento.

12.9. Será assegurado ao licitante vista dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

13. DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

13.1. Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e exauridos os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior do órgão ou entidade demandante, que poderá:

13.1.1. determinar o retorno do processo para saneamento de eventuais irregularidades;

13.1.2. revogar a licitação por motivo superveniente de conveniência e oportunidade;

13.1.3. anular a licitação, de ofício ou mediante provocação de terceiros, sempre que verificada ilegalidade insanável; e

13.1.4. adjudicar o objeto, no caso de recurso sem o juízo de retratação, e homologar a licitação.

14. DA PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIO

14.1. Não se aplica.

15. DA PARTICIPAÇÃO DE COOPERATIVAS

15.1. Não se aplica.

16. DA SUBCONTRATAÇÃO

16.1. **Não** será permitido a subcontratação, conforme está disposto no Termo de Referência - Anexo I do Edital.

17. DOS PRAZOS E CONDIÇÕES PARA A ENTREGA DO OBJETO

17.1. Será conforme disposto no Anexo I deste Edital.

18. DAS FORMAS, CONDIÇÕES, PRAZOS DE PAGAMENTO, E CRITÉRIO DE REAJUSTAMENTO DO PREÇO

18.1. Será conforme disposto no Anexo I deste Edital.

19. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO CONTRATUAL

19.1. **Não** haverá garantia de execução contratual, conforme disposto no Anexo I deste Edital.

20. DO TERMO DE CONTRATO

20.1. Será conforme disposto no Anexo I deste Edital.

21. DA FISCALIZAÇÃO E GESTÃO DO CONTRATO

21.1. Será conforme disposto no Anexo I e Anexo II deste Edital.

22. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

22.1. Será conforme os termos constantes do Anexo I deste Edital.

23. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

23.1. As licitantes estarão sujeitas às sanções administrativas previstas nos [arts. 155 à 163 da Lei n.º 14.133/2021](#), e às demais cominações legais, resguardado o direito ao contraditório e à ampla defesa.

23.2. Na hipótese de abertura de processo administrativo destinado à apuração de fatos e, se for o caso, aplicação de sanções à licitante, em decorrência de conduta vedada neste Pregão, as comunicações à licitante serão efetuadas através do endereço eletrônico (e-mail) indicado em sua proposta.

23.3. Sem prejuízo das sanções previstas neste edital e seus anexos, os atos lesivos à Administração Pública previstos no inciso IV, do art. 5º, da Lei nº 12.846/2013, sujeitarão os infratores às penalidades previstas na referida lei.

24. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

24.1. As normas que disciplinam este procedimento serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

24.2. Aos casos omissos aplicar-se-ão as demais disposições constantes da Lei nº 14.133/21, com suas posteriores alterações e legislação correlata.

24.3. A realização da licitação não implica necessariamente a contratação total ou parcial do montante previsto, porquanto estimado, podendo o órgão demandante, inclusive, revogá-la, total ou parcialmente, por fatos supervenientes, de interesse público, ou anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante manifestação escrita e fundamentada, assegurado o contraditório e a ampla defesa, conforme dispõe o [art. 71 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021](#).

24.4. A autoridade superior do órgão ou entidade demandante poderá revogar o processo licitatório por motivo de conveniência e oportunidade, e deverá anular o processo licitatório por ilegalidade insanável, por meio de ato escrito e fundamentado, conforme estabelece no [Art. 250 do Decreto Estadual nº. 11.363 de 22/11/2023](#).

24.5. Os licitantes não terão direito à indenização em decorrência da revogação ou da anulação do processo licitatório, conforme dispõe o [Art. 250 do Decreto Estadual nº. 11.363 de 22/11/2023](#).

24.6. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação do objeto pelo órgão demandante.

24.7. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a abertura do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e local estabelecidos no preâmbulo deste Edital, desde que não haja comunicação do(a) Pregoeiro(a) em contrário.

24.8. Todas as referências de tempo estabelecidas no edital, nos avisos e durante a sessão pública observarão, para todos os efeitos, o horário de Brasília - Distrito Federal, inclusive para contagem de tempo e registro no sistema de compras adotado pelo Poder Executivo do Estado do Acre e na documentação relativa ao certame.

24.9. Eventuais modificações no edital de licitação implicarão nova divulgação na mesma forma de sua divulgação inicial, além do cumprimento dos mesmos prazos dos atos e procedimentos originais, exceto se, inquestionavelmente, a alteração não comprometer a formulação das propostas, resguardado o tratamento isonômico aos licitantes.

24.10. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório

24.11. Será facultado ao(a) Pregoeiro(a), em qualquer fase da licitação, desde que não seja alterada a substância da proposta, adotar medidas de saneamento destinadas a esclarecer informações, corrigir impropriedades na documentação de habilitação, da proposta, ou complementar a instrução do processo.

24.12. As Licitantes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações, declarações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

24.13. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará no afastamento da Licitante, desde que sejam possíveis a aferição da sua qualificação, conforme dispõe o [art. 12 da Lei Federal nº 14.133/2021](#).

24.14. Os prazos previstos nesta Lei serão contados com exclusão do dia do começo e inclusão do dia do vencimento e observarão as disposições previstas no [art. 183 da Lei Federal nº 14.133/2021](#).

24.15. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e nos sítios <http://www.gov.br/compras/pt-br/>, <http://www.licitacao.ac.gov.br>, e ainda no Portal de Licitações do Tribunal de Contas do Estado do Acre - LICON.

24.16. O resultado desta licitação poderá ser consultado nos sítios <http://www.gov.br/compras/pt-br/> e/ou <http://www.licitacao.ac.gov.br>.

24.17. Quaisquer informações complementares sobre o presente Edital e seus Anexos poderão ser obtidas pelo telefone (68) 3215-4600 ou através de e-mail selic.protocolo@gmail.com.

24.18. O Foro para dirimir os possíveis litígios que decorrerem do presente procedimento licitatório será o do

foro da comarca, de Rio Branco - AC.

Elaborado por:

Kauã Borges Cunha

Divisão de Conformidade e Elaboração de Editais - DIVCON



Documento assinado eletronicamente por **KAUÃ BORGES CUNHA**, Cargo **Comissionado**, em 28/04/2026, às 10:21, conforme horário oficial do Acre, com fundamento no art. 11, § 3º, da [Instrução Normativa Conjunta SGA/CGE nº 001, de 22 de fevereiro de 2018](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://www.sei.ac.gov.br/autenticidade>, informando o código verificador **0020510970** e o código CRC **3221639E**.

ANEXO I DO EDITAL - TERMO DE REFERÊNCIA

TERMO DE REFERÊNCIA Nº 23/2026/SEMA - DPLIC

Processo nº 0820.017137.00101/2025-69

1. DO OBJETO DA CONTRATAÇÃO

1.1. O presente Termo de Referência tem por objeto a **aquisição de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs)** destinados ao uso exclusivo de **65 brigadistas** contratados temporariamente pela **Secretaria de Estado do Meio Ambiente – SEMA/AC**, no âmbito das ações de prevenção e combate a incêndios florestais do **Projeto REM/KFW FASE 2**.

1.2. A contratação tem por finalidade **garantir a segurança, a integridade física e a eficiência operacional dos brigadistas** durante suas atividades em campo, especialmente em regiões de risco ambiental elevado.

Nº	Item	Quantidade	Descrição Técnica
1	Coturno/Bota Operacional	65 pares	COTURNO / BOTA OPERACIONAL Confeccionado em couro bovino 22 mm; Reforço interno de EVA 2 mm dublado com manta tramada de 1 mm; Forro de Confratec Air, com tratamento anti bacteriano e anti fungos; Reforço no bico e traseira termoplásticos de 2,5 mm tramado frente e verso; Atacadores de Poliamida com função Saque Rápido; Passadores em nylon anti ferrugem; Solado feito em borracha antiderrapante resistente a 240°, blaqueado e costurado ao cabedal; Palmilha de conforto em Poliuretano de 15 mm de altura no salto e 9 mm na frente, forrada com forro anti bactericida e anti fungos, com memória infinita; Palmilha de montagem em Plantex 2mm com reforços em fibra de 4 mm; Proteções em polietileno rígido; Ziper Lateral facilitando o calce e o saque da bota; Reforço interno em lona resistente e respirável.
2	Camisa tipo Gandola – Cor Amarela	65 unidades	CAMISA GANDOLA (AMARELA) Gola tipo F1 com fechamento por velcro; vista coberta com fechamento por botões, mangas longas com carcelas T2 tipo morcego e 2 pregas, punho T2 de 7cm, com fechamento por botão. Reforços internos aplicados nos cotovelos feitos do próprio tecido com costura em metalassê; 02 bolsos frontais T4 med 13x14cm com tampa t4 med: 13x6 cm, com fechamento por velcro, travestres nos cantos pares reforços. Bordados: Peito esquerdo: Bordado Arte dos Brigadistas Comunitários, com dimensão de 8,00 cm de diâmetro proporcional; Peito direito velcro fêmea dimensões de 2,5cm x 11cm; Na Manga esquerda brasão do Estado do Acre, o nome SEMA e o nome Governos do Estado do Acre; Na Manga direita a Bandeira do Estado do Acre, tudo do tamanho proporcional. <u>TECIDO: Composição 100% algodão resistência a chama gramatura 290 g/m², sarja com efeito RISP TOP.</u> <u>Cor AMARELO</u> (Detalhamento: vide anexo I deste Termo de Referência) e modelo em anexo

Nº	Item	Quantidade	Descrição Técnica
3	Calça Tática Masculina – Cor Verde	65 unidades	CALÇA TÁTICA MASCULINA (VERDE) Tecido Rip-Stop Ultimate composto por 65% poliéster e 35% algodão. Cintura reforçada com elástico franzido, garantindo maior conforto. Barra reforçada com ajuste em tecido aderente. Recorte especial entrepernas para menor atrito e maior amplitude durante o movimento. Região traseira reforçada. 8 bolsos (2 laterais com fole, 2 faca traseiros, 2 frontais com reforço, 2 porta-objetos). Argola e alça para acoplagem. Abotoamento duplo. Passante personalizado. Modelagem anatômica. Tecido: Sarja com efeito Rip Stop, resistente a chama; Gramatura: 290 g/m² C.A 38664 Cor: Verde
4	Balaclava Antichama	65 unidades	BALACLAVA (ANTICHAMA/FR) Balaclava de segurança para proteção térmica facial, tipo ninja (1 orifício), confeccionada em malha antichama (FR), em conformidade com NR-10 e padrões de combate a incêndio. Malha META ARAMIDA- COR CRU
5	Camiseta Manga Longa com Faixa Refletiva (Azul)	65 unidades	CAMISETA MANGA LONGA COM FAIXA REFLETIVA (AZUL) Balaclava de segurança para proteção térmica facial, tipo ninja (1 orifício), confeccionada em malha antichama (FR), em conformidade com NR-10 e padrões de combate a incêndio. Malha META ARAMIDA- COR CRU

2. DA PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA PARA ME E EPP

2.1. Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, não aplicável em virtude do valor, conforme estabelece o inciso I, do Art. 48 da Lei Complementar Nº 123/2006, alterada pela Lei Complementar Nº 147/14 e art. 4º da Lei 14.133/2021.

2.2. Será aplicado o art. 4º, parágrafo § 1º, inciso I da Lei 14.133/2021, as empresas podem participar, mais não gozaram dos benefícios dos art. 42 a 49 da Lei complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006.

3. DO ÓRGÃO RESPONSÁVEL PELA LICITAÇÃO

3.1. O órgão gerenciador será a Secretaria de Estado do Meio Ambiente - SEMA e suas unidades

4. DA JUSTIFICATIVAS DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

4.1. A presente contratação é necessária para suprir a demanda por EPIs de alto desempenho destinados proteção e identificação institucional nas atividades técnicas e operacionais dos Brigadistas Comunitários da Secretaria de Estado do Meio Ambiente – SEMA, no contexto da execução de projetos estratégicos voltados à preservação ambiental, monitoramento territorial e combate ao fogo e desmatamento ilegal no Estado do Acre.

4.2. O objeto central consiste na aquisição de 65 (sessenta e cinco) gandolas, 65 (sessenta e cinco) calças, 65 (sessenta e cinco) coturnos, 65 (sessenta e cinco) camisas de manga longa e 65 (sessenta e cinco) balaclavas para uso dos Brigadistas Comunitários da SEMA, em atendimento às ações do Projeto REM/KfW para as necessidades das áreas de Comando e Controle e Gestão do SEANP.

4.3. Para as atividades designadas temos um montante de aproximadamente R\$ 2 milhões devidamente distribuídos em diversas ações que custeiam as atividades necessárias para alcance das metas do referido programa, bem como as metas do PPCDQ-AC, ou Plano Estadual de Prevenção e Controle do Desmatamento e das Queimadas do Acre, sendo que a linha de custeio de EPI's encontra-se disponível o valor de R\$ 396.400,00.

4.4. Ao citar o PPCDQ, é importante frisar que um de seus eixos temáticos é o Eixo III que foca em fiscalização e combate com a atuação de equipes em campo, o uso de tecnologia de ponta (como monitoramento por satélite e drones) para identificar focos de desmatamento e queimadas, bem como estruturação/capacitação de equipes.

4.5. A identificação de uma Brigada é um aspecto crucial para o sucesso e a legitimidade das ações, e sua importância pode ser vista sob os seguintes pontos:

4.6. Legitimidade e Credibilidade

4.6.1. O uso de fardamento e identificação confere legitimidade à equipe. Para o cidadão, a identificação

imediate dos agentes como representantes de um órgão oficial (seja governamental ou de outra natureza) é fundamental. Isso estabelece a autoridade legal da equipe, minimizando questionamentos sobre a validade da atuação. Uma equipe bem-identificada é vista como profissional e confiável.

4.7. Segurança para os Agentes

4.7.1. Os EPI's fornecem aos Brigadistas a segurança mínima em situações de combate ao fogo, deslocamento em áreas remotas, proteção ao calor e demais riscos que a função de Brigadista requer.

4.7.2. Além do mais, a identificação é uma medida de segurança para os próprios agentes. Em situações de combate ao fogo, por exemplo, que podem ser tensas ou hostis, o uniforme contribui para a clareza de que se trata de uma ação oficial, protegendo a equipe de reações inesperadas. Além disso, em casos de emergência, a identificação clara facilita a comunicação com outras autoridades, como a polícia e bombeiro, uma vez que as ações são integradas com diversos componentes do Sistema de Segurança Pública

4.8. Facilidade de Acesso e Comunicação

4.8.1. Uma equipe uniformizada e identificada geralmente tem mais facilidade para acessar áreas restritas ou sensíveis. A identificação prévia remove barreiras, agiliza a comunicação com responsáveis no local e demonstra que a equipe está no exercício de suas funções, seguindo um procedimento padrão.

5. JUSTIFICATIVA PARA O AGRUPAMENTO DE ITENS EM LOTES

5.1. Optou-se pelo agrupamento dos itens em **lote único**, tendo em vista que os equipamentos de proteção individual (EPIs) previstos nesta contratação compõem **um conjunto integrado de fardamento operacional destinado aos brigadistas comunitários da Secretaria de Estado do Meio Ambiente – SEMA**, utilizados de forma conjunta no exercício das atividades de prevenção e combate a incêndios florestais no âmbito do Projeto REM/KfW – Fase 2.

5.2. Os itens licitados — coturno/bota operacional, camisa tipo gandola, calça tática, balaclava antichama e camiseta manga longa com faixa refletiva — apresentam **natureza semelhante, finalidade comum e compatibilidade técnica**, sendo usualmente comercializados por empresas especializadas no fornecimento de uniformes operacionais e equipamentos de proteção individual. Dessa forma, o agrupamento em lote único **não compromete a competitividade do certame**, ao contrário, amplia a participação de fornecedores do ramo especializado, capazes de atender integralmente às especificações técnicas exigidas.

5.3. Ademais, considerando que os equipamentos serão destinados ao atendimento de **65 (sessenta e cinco) brigadistas**, o fornecimento conjunto dos itens assegura **padronização do fardamento, uniformidade visual institucional e compatibilidade entre os componentes do conjunto de proteção**, aspectos essenciais para a identificação, segurança e operacionalidade das equipes em campo.

5.4. Outro aspecto relevante refere-se à **eficiência administrativa na gestão contratual**, uma vez que a contratação por lote único evita a fragmentação do objeto e a consequente multiplicação de contratos administrativos, reduzindo custos operacionais, simplificando o acompanhamento da execução contratual e facilitando a fiscalização e o controle da entrega dos materiais.

5.5. Ressalta-se, ainda, que o agrupamento em lote único **não afasta a verificação individual dos preços unitários**, sendo que, durante a análise das propostas, será realizada a avaliação da compatibilidade dos valores apresentados para cada item que compõe o lote, confrontando-os com os valores estimados pela Administração, conforme pesquisa de preços constante do processo, de modo a prevenir eventuais distorções ou indícios de jogo de planilha.

5.6. Dessa forma, considerando a **compatibilidade técnica dos itens, a necessidade de padronização do conjunto de equipamentos, a eficiência administrativa e a vantagem para a Administração Pública**, conclui-se que o agrupamento dos itens em **lote único** mostra-se a solução mais adequada para a presente contratação.

6. DA FORMA DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

6.1. Modalidade

6.1.1. Procedimento de **LICITAÇÃO**, na modalidade **PREGÃO**, sob a forma **ELETRÔNICA**, nos termos da **Lei 14.133/21**, especialmente no **art. 29**.

6.2. Critério de Julgamento

6.2.1. Menor Preços Global.

6.3. Qualificação Técnica

6.3.1. Nos termos do art. 67 da **Lei Federal nº 14.133/2021**, será exigida, como condição para habilitação no certame, a **comprovação da qualificação técnica da licitante**, de forma compatível e proporcional ao objeto licitado, com o objetivo de assegurar que a empresa esteja apta a fornecer os itens demandados com qualidade, dentro

dos prazos estipulados e conforme as especificações técnicas exigidas.

6.3.2. **Comprovação por Atestado(s) de Capacidade Técnica**

6.3.2.1. Será exigida a apresentação de **atestado(s) de capacidade técnica**, emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove(m) que a licitante forneceu, anteriormente, produtos compatíveis em características, quantidades e prazos com os itens ora licitados.

6.3.2.2. O(s) atestado(s) deverá(ão):

- Estar em nome da empresa licitante;
- Ser emitido(s) em papel timbrado da empresa contratante, com identificação do signatário;
- Descrever o objeto fornecido com nível de detalhamento suficiente para permitir a comparação com os itens licitados;
- Indicar que o fornecimento foi realizado a contento, sem apontamento de inadimplemento contratual.

6.3.3. **Qualificação Econômico-Financeira**

6.3.3.1. O Patrimônio Líquido a ser exigido deve ser de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação.

6.3.4. **Prazo de Validade da Proposta**

6.3.4.1. O prazo de validade da proposta deverá ser, no mínimo, de 60 (sessenta) dias corridos, a contar da data de sua apresentação.

6.3.4.2. Na ausência de indicação expressa do prazo de validade, considerar-se-á tacitamente indicado o prazo de 60 dias.

6.3.4.3. Decorrido o prazo de validade das propostas, sem convocação para assinatura do Contrato, ficam os proponentes liberados dos compromissos assumidos.

7. **DA NATUREZA DA CONTRATAÇÃO E ALINHAMENTO ESTRATÉGICO**

7.1. **Caracterização do Objeto**

7.2. A presente contratação tem por objeto a **aquisição de materiais e equipamentos de uso individual e coletivo**, destinados aos **brigadistas da Secretaria de Estado do Meio Ambiente – SEMA**, no âmbito de suas ações operacionais ambientais.

7.3. Os itens a serem adquiridos se enquadram na categoria de **bens de consumo padronizados**, de uso frequente pela Administração Pública, e que possuem **especificações técnicas usuais no mercado**, tais como: vestimentas de proteção (EPIs), calçados, mochilas, utensílios de campo, entre outros. Tais bens são classificados como **bens comuns**, nos termos do inciso XXXVII do art. 6º da Lei nº 14.133/2021, por apresentarem **padrões objetivos de desempenho e qualidade**, sendo passíveis de avaliação por meio do critério de menor preço global.

7.4. A caracterização técnica dos produtos consta no Anexo I deste Termo de Referência, com **descrições claras, completas e objetivas**, o que possibilita ampla competitividade e a adequada identificação da solução pela Administração, em conformidade com o disposto no **art. 6º, inciso XV da Lei nº 14.133/2021**.

7.5. **Natureza da Contratação** menor preço global

7.6. A natureza da contratação é definida como **compra de bens comuns de consumo**, conforme o inciso XIII do art. 6º da Lei nº 14.133/2021, por envolver aquisição de produtos padronizados, com oferta consolidada no mercado e prontos para entrega. Não se trata de serviço, obra, concessão, parceria ou outra modalidade complexa de fornecimento.

7.7. A contratação guarda total **alinhamento com os objetivos estratégicos da SEMA**, especialmente no que tange ao fortalecimento das ações de proteção ambiental, combate a incêndios florestais e atuação preventiva em áreas de risco ambiental, promovendo a segurança dos agentes em campo e a continuidade dos serviços essenciais prestados pelo órgão.

8. **DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO**

8.1. O critério de julgamento adotado será o de **menor preço global**, nos termos do inciso I do art. 33 da **Lei Federal nº 14.133/2021**.

8.2. Esse critério é o mais adequado ao objeto da presente contratação, uma vez que se trata de **aquisição de bens comuns**, padronizados e com especificações técnicas objetivas, cuja comparação entre propostas pode ser feita com base exclusivamente no menor valor ofertado por lote desde que atendidas integralmente as exigências constantes

no edital e seus anexos.

8.3. A adoção do julgamento menor preço global por lote busca garantir:

- A **ampla competitividade** entre os licitantes;
- A **vantajosidade econômica** para a Administração;
- O atendimento às necessidades da Secretaria de Estado do Meio Ambiente – SEMA com **otimização de recursos públicos**.

8.4. Eventual empate entre propostas será resolvido conforme os critérios previstos no art. 60 da Lei nº 14.133/2021, com aplicação das preferências legais, em especial o tratamento favorecido a **microempresas e empresas de pequeno porte**, nos termos da **Lei Complementar nº 123/2006**.

9. FONTE DE RECURSO

9.1. As despesas decorrentes desta contratação ocorrerão por conta da seguinte dotação orçamentária:

Fonte de Recursos: 27030200;

Elemento de Despesas: 33.90.30.00 - Material de Consumo;

Programa de Trabalho: 720.001.1127.0000- Apoio a Regularização Ambiental;

Programa REM Acre Fase II, Linha 2.21.1.1.1.

10. GESTORES E FISCAIS DO CONTRATO

10.1. Gestor Titular: Quelyson Souza de Lima/ Matrícula: 9225974

10.2. Fiscal Titular: Marlon Gabriel Barbosa Castelo Branco/ Matrícula: 9547398-1

11. FUNDAMENTO LEGAL

11.1. A presente contratação está fundamentada nos dispositivos legais que regem as licitações e contratos administrativos no âmbito da Administração Pública, em especial:

- **Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021** – Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos, que estabelece normas gerais sobre licitação e contratação pública, sendo aplicada integralmente neste processo, conforme a opção formal pela sua adoção exclusiva;
- **Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006**, especialmente os artigos 44 a 49, que tratam do tratamento favorecido, diferenciado e simplificado conferido às **microempresas (ME)** e **empresas de pequeno porte (EPP)**;
- **Decreto Estadual nº 11.363, de 22 de novembro de 2023**, que regulamenta, no âmbito do Estado do Acre, a aplicação da Lei nº 14.133/2021 aos órgãos da Administração Pública direta, autárquica e fundacional;
- **Instrução Normativa SEGES/ME nº 65, de 7 de julho de 2021**, que dispõe sobre regras e diretrizes para a elaboração da estimativa de preços para contratações públicas;
- **Demais normativos aplicáveis** à matéria, especialmente os que tratam de planejamento da contratação, governança, integridade, sustentabilidade e transparência.

11.2. A contratação também observa os princípios constitucionais da **legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência**, bem como os princípios específicos das contratações públicas previstos na Lei nº 14.133/2021, como os da **planejamento, isonomia, competitividade, adjudicação compulsória, vinculação ao instrumento convocatório e julgamento objetivo**.

12. ESPECIFICAÇÕES DETALHADAS E VALOR ESTIMADO

12.1. Os materiais a serem adquiridos deverão ser novos, de primeiro uso e atender rigorosamente às especificações abaixo, em conformidade com a Norma Regulamentadora nº 06 (NR-06) e possuir Certificado de Aprovação (CA) válido.

ITEM	DESCRIÇÃO / ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA	UNID.	QTD	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
------	-----------------------------------	-------	-----	-------------	-------------

ITEM	DESCRIÇÃO / ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA	UNID.	QTD	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
01	<p>COTURNO / BOTA OPERACIONAL Confeccionado em couro bovino 22 mm; Reforço interno de EVA 2 mm dublado com manta tramada de 1 mm; Forro de Confratec Air, com tratamento anti bacteriano e anti fungos; Reforço no bico e traseira termoplásticos de 2,5 mm tramado frente e verso; Atacadores de Poliamida com função Saque Rápido; Passadores em nylon anti ferrugem; Solado feito em borracha antiderrapante resistente a 240°, blaueado e costurado ao cabedal; Palmilha de conforto em Poliuretano de 15 mm de altura no salto e 9 mm na frente, forrada com forro anti bactericida e anti fungos, com memória infinita; Palmilha de montagem em Plantex 2mm com reforços em fibra de 4 mm; Proteções em polietileno rígido; Ziper Lateral facilitando o calce e o saque da bota; Reforço interno em lona resistente e respirável.</p>	Par	65		
02	<p>CAMISA GANDOLA (AMARELA)</p> <p>Gola tipo F1 com fechamento por velcro; vista coberta com fechamento por botões, mangas longas com carcelas T2 tipo morcego e 2 pregas, punho T2 de 7cm, com fechamento por botão.</p> <p>Reforços internos aplicados nos cotovelos feitos do próprio tecido com costura em metalassê; 02 bolsos frontais T4 med 13x14cm com tampa t4 med: 13x6 cm, com fechamento por velcro, travetes nos cantos pares reforços.</p> <p>Bordados: Peito esquerdo: Bordado Arte dos Brigadistas Comunitários, com dimensão de 8,00 cm de diâmetro proporcional; Peito direito velcro fêmea dimensões de 2,5cm x 11cm; Na Manga esquerda brasão do Estado do Acre, o nome SEMA e o nome Governos do Estado do Acre; Na Manga direita a Bandeira do Estado do Acre, tudo do tamanho proporcional.</p> <p><u>TECIDO: Composição 100% algodão resistência a chama gramatura 290 g/m², sarja com efeito RISP TOP.</u></p> <p><u>Cor AMARELO</u></p> <p>(Detalhamento: vide anexo I deste Termo de Referência) e modelo em anexo</p>	Und	65		
03	<p>CALÇA TÁTICA MASCULINA (VERDE)</p> <p>Tecido Rip-Stop Ultimate composto por 65% poliéster e 35% algodão. Cintura reforçada com elástico franzido, garantindo maior conforto. Barra reforçada com ajuste em tecido aderente. Recorte especial entrepernas para menor atrito e maior amplitude durante o movimento. Região traseira reforçada. 8 bolsos (2 laterais com fole, 2 faca traseiros, 2 frontais com reforço, 2 porta-objetos). Argola e alça para acoplagem. Abotoamento duplo. Passante personalizado. Modelagem anatômica. Tecido: Sarja com efeito Rip Stop, resistente a chama; Gramatura: 290 g/m² C.A 38664 Cor: Verde</p>	Und	65		

ITEM	DESCRIÇÃO / ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA	UNID.	QTD	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
04	BALACLAVA (ANTICHAMA/FR) Balaclava de segurança para proteção térmica facial, tipo ninja (1 orifício), confeccionada em malha antichama (FR), em conformidade com NR-10 e padrões de combate a incêndio. Malha META ARAMIDA- COR CRU	Und	65		
05	CAMISETA MANGA LONGA COM FAIXA REFLETIVA (AZUL) Balaclava de segurança para proteção térmica facial, tipo ninja (1 orifício), confeccionada em malha antichama (FR), em conformidade com NR-10 e padrões de combate a incêndio. Malha META ARAMIDA- COR CRU	Und	65		
Valor Total					

12.2. Valor total estimado da contratação: **R\$ xxxxxxxx (xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx).**

12.3. Critério de julgamento estimado: **Menor preço por lote.**

12.4. A planilha detalhada da estimativa consta no **MAPA DE PREÇO nº 10/2026/SEMA - DIGECA 0019810998**, devidamente assinado e instruído no processo.

12.5. A grade de tamanhos (numeração de calçados e tamanhos de vestuário P, M, G, GG, etc.) será fornecida no momento da emissão da Ordem de Fornecimento/Empenho, conforme detalhamento constante no Documento de Formalização da Demanda (DFD).

13. **ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS**

13.1. Os EPIs a serem adquiridos deverão atender, no mínimo, aos seguintes requisitos técnicos:

13.1.1. **COTURNO / BOTA OPERACIONAL**

Confeccionado em couro bovino 22 mm; Reforço interno de EVA 2 mm dublado com manta tramada de 1 mm; Forro de Confratec Air, com tratamento anti bacteriano e anti fungos; Reforço no bico e traseira termoplásticos de 2,5 mm tramado frente e verso; Atacadores de Poliamida com função Saque Rápido; Passadores em nylon anti ferrugem; Solado feito em borracha antiderrapante resistente a 240°, blaqueado e costurado ao cabedal; Palmilha de conforto em Poliuretano de 15 mm de altura no salto e 9 mm na frente, forrada com forro anti bactericida e anti fungos, com memória infinita; Palmilha de montagem em Plantex 2mm com reforços em fibra de 4 mm; Proteções em polietileno rígido; Zíper Lateral facilitando o calce e o saque da bota; Reforço interno em lona resistente e respirável.

13.1.2. **Camisa Gandola RF.**

Gola tipo F1 com fechamento por velcro; vista coberta com fechamento por botões, mangas longas com carcelas T2 tipo morcego e 2 pregas, punho T2 de 7cm, com fechamento por botão.

Reforços internos aplicados nos cotovelos feitos do próprio tecido com costura em metalassê; 02 bolsos frontais T4 med 13x14cm com tampa t4 med: 13x6 cm, com fechamento por velcro, travestres nos cantos pares reforços.

Bordados: Peito esquerdo: Bordado Arte dos Brigadistas Comunitários, com dimensão de 8,00 cm de diâmetro proporcional; Peito direito velcro fêmea dimensões de 2,5cm x 11cm; Na Manga esquerda brasão do Estado do Acre, o nome SEMA e o nome Governos do Estado do Acre; Na Manga direita a Bandeira do Estado do Acre, tudo do tamanho proporcional.

TECIDO: Composição 100% algodão resistência a chama gramatura 290 g/m², sarja com efeito RISP
TOP.

Cor AMARELO

13.1.3.

Calça RF:

Calça Masculina (VERDE)

Tecido Rip-Stop composto por 100% CO antichama. Cós ½ elástico com fechamento por 1 botão de massa tam 20; aplicação de 7 passantes de 6cm sendo 4 frontais e 3 traseiros, vista com fechamento por zíper, 02 bolsos internos com boca tipo faca, chuleados, 02 bolsos T2 tipo cargo aplicado nas laterais com tampa T2 com fechamento por velcro aparente. Reforços internos aplicados, feitos do próprio tecido com costura em metalassê. Ganhos e pala traseira em máquina fechadeira em 2ags. 02 bolsos traseiros T4 med:14x16cm. Barra reta. Reforço interno aplicado no gachos frontais e traseiros feito do próprio tecido.

TECIDO: Composição 100% algodão resistência a chama gramatura 290 g/m², sarja com efeito RISP

TOP.

Cor: Verde

13.1.4.

Balaclava (ANTICHAMA/FR)

Balaclava de segurança para proteção térmica facial, tipo ninja (1 orifício), confeccionada em malha antichama (FR), em conformidade com NR-10 e padrões de combate a incêndio.

Malha META ARAMIDA- COR CRU

13.1.5.

CAMISETA (ANTICHAMA/FR)

Camiseta manga longa com punhos em ribana, gola careca em ribana de 3cm de altura, com galão aplicado na maq. de ombro a ombro com rebatimento frontal. Barra reta com bainha.

SEM FAIXA REFLETIVA

LOGOS: Silk preto na costa brigadista florestal estadual, no peito esquerdo silk SEMA – SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE

Tecido MALHA FR INTERLOCK 100% ALGODÃO resistência a chama – AZUL MÉDIO

13.2.

Condições de Fornecimento e Entrega: Os equipamentos deverão ser entregues **novos e lacrados de fábrica**. O prazo de entrega será de até **45 (quarenta e cinco) dias corridos**, a contar do recebimento da nota de empenho, no endereço indicado pela SEMA. O fornecedor deverá oferecer **garantia mínima de 12 (doze) meses** contra defeitos de fabricação. A contratada será responsável pela substituição de equipamentos defeituosos no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis após comunicação formal.

14.

DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

14.1.

As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no edital.

14.2.

Os critérios de qualificação econômico-financeira a serem atendidos pelo fornecedor estão previstos no edital e o patrimônio líquido será de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação.

15.

DO PARCELAMENTO DO OBJETO

15.1.

Nos termos do art. 47, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, foi realizada análise quanto à possibilidade de parcelamento do objeto da presente contratação, concluindo-se, de forma motivada, pela **não adoção do parcelamento**, com a consequente contratação por **lote único**, a ser julgada pelo critério de **menor preço global**.

15.2.

Embora os itens que compõem o objeto apresentem individualidade física, verifica-se que estes integram um **conjunto funcional e operacional de equipamentos de proteção individual (EPIs)**, destinados ao uso simultâneo e padronizado pelos brigadistas da Secretaria de Estado do Meio Ambiente – SEMA, no âmbito das ações de prevenção e combate a incêndios florestais.

15.3.

A contratação em lote único justifica-se pelos seguintes aspectos técnicos e operacionais:

I - **Padronização do fardamento e dos equipamentos**, garantindo uniformidade visual institucional, identificação adequada das equipes e compatibilidade entre os itens fornecidos;

II - **Eficiência logística e administrativa**, com redução da necessidade de múltiplos contratos, simplificação da gestão contratual, fiscalização e controle da execução;

III - **Mitigação de riscos de fornecimento**, evitando a fragmentação do objeto e eventuais inconsistências na qualidade, prazos e especificações entre diferentes fornecedores;

IV - **Compatibilidade mercadológica**, considerando que empresas do ramo especializado em fornecimento de uniformes operacionais e EPIs possuem capacidade de atender integralmente o conjunto dos itens licitados;

V - **Garantia da economicidade e vantajosidade**, uma vez que a contratação integrada tende a gerar melhores condições comerciais, reduzindo custos indiretos e promovendo maior eficiência na aplicação dos recursos públicos.

15.4. Ressalta-se que a adoção do critério de julgamento por **menor preço global por lote** não afasta a análise individual dos preços unitários apresentados pelas licitantes, os quais serão avaliados quanto à sua compatibilidade com os valores estimados pela Administração, conforme pesquisa de preços constante do processo, com vistas a prevenir distorções e assegurar a exequibilidade da proposta.

15.5. Dessa forma, conclui-se que a **não adoção do parcelamento do objeto**, com a contratação por lote único, mostra-se técnica e economicamente mais vantajosa para a Administração, em conformidade com os princípios da eficiência, economicidade, padronização e interesse público.

16. DA DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

16.1. A presente contratação visa atender à necessidade identificada pela **Secretaria de Estado do Meio Ambiente do Acre – SEMA**, referente à atuação dos **brigadistas ambientais** em atividades de prevenção, monitoramento e combate a incêndios florestais, bem como em outras ações de proteção ambiental no território estadual.

16.2. A solução proposta consiste na **aquisição de materiais e equipamentos padronizados**, que atendem aos requisitos técnicos exigidos para garantir a **segurança, o conforto, a eficiência e a resistência dos profissionais em campo**.

16.3. Os itens licitados compõem um **conjunto de insumos indispensáveis ao desempenho da função dos brigadistas**, tais como:

- Equipamentos de proteção individual (EPIs);
- Vestimentas especiais;
- Mochilas, calçados e demais materiais de campo.

16.4. A solução abrange:

- O fornecimento completo dos itens especificados no **Anexo I** deste Termo de Referência;
- A entrega em conformidade com os **prazos e locais definidos no edital**;
- A garantia de conformidade técnica e integridade dos produtos adquiridos;
- A adequada reposição dos materiais inservíveis, permitindo a **continuidade das operações ambientais da SEMA** com efetividade e segurança.

16.5. Com isso, espera-se promover:

- A **melhoria das condições de trabalho dos brigadistas**;
- O **reforço da resposta operacional da SEMA** no combate aos incêndios florestais e demais emergências ambientais;
- A **eficiência da aplicação dos recursos públicos**, com foco no interesse coletivo e na proteção do meio ambiente.

17. DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

17.1. Subcontratação

17.1.1. A subcontratação total do objeto será **vedada**. Será admitida a subcontratação **parcial**, apenas se **expressamente autorizada pela Administração** e desde que:

- Esteja prevista no edital e no contrato;

- Não comprometa a execução do objeto principal;
- A subcontratada esteja devidamente habilitada quanto à regularidade fiscal, trabalhista e capacidade técnica;
- Seja observado o limite de até **30% do valor total contratado**, conforme o art. 122 da **Lei nº 14.133/2021**.

17.1.2. A contratada permanecerá **inteiramente responsável** pela entrega dos bens e pelo cumprimento das obrigações contratuais, inclusive quanto à atuação de eventual subcontratada.

17.2. **Garantia de Execução Contratual**

17.2.1. **Não será exigida garantia de execução contratual**, conforme previsão do **art. 96, caput, da Lei nº 14.133/2021**, que atribui à Administração a faculdade de adotar essa exigência com base em critérios de conveniência e razoabilidade.

17.2.2. No presente caso, a **natureza do objeto**, a **baixa complexidade da execução**, o **baixo risco contratual identificado**, não justificam a imposição dessa garantia, razão pela qual a Administração opta pela sua **não adoção**.

17.3. **Amostra**

17.3.1. A apresentação de amostras deverá ocorrer no prazo de até 20 dias da aceitabilidade da proposta, no endereço Rua Benjamin Constant, Nº 856, Primeiro e segundo piso - Bairro Centro, Rio Branco/AC, CEP 69902-062, sendo avaliadas conforme critérios objetivos de conformidade técnica, qualidade dos materiais, acabamento e aderência às especificações constantes no Item 12 deste Termo de Referência, **como condição para adjudicação ou homologação**.

- Verificar a **conformidade com as especificações técnicas exigidas**;
- Comprovar a **qualidade, acabamento e funcionalidade** dos itens ofertados.

17.3.2. As condições para apresentação da amostra — forma, prazo, local de entrega e critérios de avaliação — serão definidas no edital e constarão do anexo técnico do certame.

17.4. **Requisitos de Segurança**

17.4.1. Todos os produtos fornecidos deverão atender às **normas técnicas de segurança aplicáveis**, especialmente aquelas definidas por:

- Associação Brasileira de Normas Técnicas – **ABNT**;
- Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia – **INMETRO**;
- Normas regulamentadoras do **Ministério do Trabalho**, em especial para **Equipamentos de Proteção Individual (EPIs)**.

17.4.2. A contratada deverá fornecer, quando aplicável, **certificados de conformidade e laudos técnicos**, bem como manuais de uso em língua portuguesa.

17.5. **Requisitos Sociais, Ambientais e Culturais**

17.5.1. Em atenção ao disposto no **art. 25 da Lei nº 14.133/2021**, deverão ser observados os seguintes requisitos:

- Preferência para fornecedores que comprovem práticas de **responsabilidade socioambiental**, inclusive no processo de produção e descarte dos materiais;
- Priorização de produtos que atendam a critérios de **sustentabilidade**, como durabilidade, possibilidade de reutilização ou reciclagem, composição com materiais biodegradáveis ou de baixo impacto ambiental;
- Valorização, quando cabível, de aspectos **culturais e regionais**, especialmente no que se refere ao design ou utilidade de itens compatíveis com a realidade local dos brigadistas e do meio ambiente amazônico.

17.5.2. Essas exigências visam garantir contratações alinhadas com os princípios do **desenvolvimento nacional sustentável**, conforme previsto na legislação federal e estadual.

17.6. **Esclarecimentos Técnicos e Verificação da Conformidade da Proposta**

17.6.1. Com fundamento no **art. 59 da Lei nº 14.133/2021**, poderá ser instaurada **diligência administrativa junto à licitante provisoriamente classificada em primeiro lugar**, com o objetivo de:

- Verificar a **conformidade entre os produtos ofertados e as especificações técnicas exigidas no edital** ;
- Esclarecer **eventuais dúvidas sobre os valores apresentados**, especialmente no caso de preços considerados inexequíveis ou significativamente abaixo dos parâmetros estimados;
- Solicitar **amostras ou documentos complementares** que comprovem a aderência da proposta às exigências editalícias.

17.6.2. Essa etapa poderá ocorrer **antes da adjudicação e homologação**, visando garantir a **vantajosidade, segurança técnica e adequação da proposta vencedora**, nos termos do princípio do julgamento objetivo e da seleção da proposta mais vantajosa para a Administração.

17.6.3. O não atendimento da diligência ou a **não comprovação da conformidade da proposta com os requisitos do edital** poderá ensejar a desclassificação da licitante, com a consequente convocação da próxima colocada, conforme previsão legal.

18. DO PAGAMENTO

18.1. O pagamento será realizado em até **30 (trinta) dias** após a entrega e recebimento definitivo dos bens, mediante apresentação da respectiva Nota Fiscal, devidamente atestada pelo fiscal do contrato.

18.2. Cadastro de Credor na SEFAZ/AC

18.2.1. Os empenhos são realizados através do sistema da SEFAZ/AC. Portanto faz-se necessário que a empresa possua Cadastro de Credor no sistema da SEFAZ/AC a ser providenciado da seguinte forma: Ao acessar o site www.sefaz.ac.gov.br, selecionar a guia de Serviços – Guia do Usuário – Cadastro de Credores. O site possui todas as orientações necessárias para registrar-se no Cadastro de Credores do Estado, para fins de recebimentos de valores junto aos órgãos e entidades do Poder Executivo. Após a homologação da Licitação, a licitante terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis para efetivar seu cadastro junto à Secretaria de Fazenda do Estado do Acre, sob pena de aplicação das penalidades cabíveis. O cadastro visa à emissão da nota de empenho e posterior pagamento, que se processa através de sistema específico. Para maiores informações quanto ao cadastramento o representante da Empresa contratada poderá entrar em contato com a Secretaria da Fazenda do Estado do Acre através dos telefones (68) 3215-2121/3215-2123 ou pelo e-mail: cadastrodecredoresac@gmail.com

19. DO PRAZO DA CONTRATAÇÃO

19.1. Contrato

19.1.1. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados da data de assinatura da contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021 podendo ser prorrogado por até 01 ano.

19.1.2. No período de vigência do Contrato estão incluídos todos os prazos necessários à perfeita execução do objeto nos termos pactuados entre as partes, ressalvados os casos referentes às garantias do objeto, que extrapolam o referido prazo de vigência.

19.2. Eficácia

19.2.1. A eficácia do contrato estará condicionada à publicação do extrato no Diário Oficial do Estado do Acre e no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

19.2.2. A divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), de acordo com o art. 94, inciso II, da Lei nº 14.133/21, é condição indispensável para a eficácia do contrato e de seus aditamentos e, no caso de licitação deverá ocorrer em até 20 (vinte) dias úteis contados da data de sua assinatura.

20. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

20.1. A Secretaria de Estado do Meio Ambiente do Acre – **SEMA**, na qualidade de contratante, se obriga a:

20.2. Prestar todas as informações necessárias ao fiel cumprimento do objeto contratado, esclarecendo dúvidas e orientando quanto aos aspectos técnicos ou operacionais, sempre que solicitado;

20.3. Receber os produtos nos prazos e locais estabelecidos, observando as condições do edital, do contrato e do Termo de Referência;

20.4. Realizar a conferência e inspeção dos materiais entregues, com base nas especificações técnicas constantes do Termo de Referência e do Anexo I, podendo recusar o recebimento de itens que estejam em desacordo com o pactuado;

20.5. Designar formalmente o fiscal do contrato, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021, com competência para acompanhar e fiscalizar a entrega, registrar ocorrências, solicitar providências à contratada e atestar as notas fiscais;

20.6. Providenciar o pagamento à contratada nos prazos previstos contratualmente, contados a partir do

efetivo recebimento dos bens, mediante apresentação da nota fiscal atestada e demais documentos exigidos;

20.7. Aplicar as penalidades cabíveis, nos termos da legislação vigente e do contrato, em caso de descumprimento das obrigações pela contratada;

20.8. Garantir as condições de acesso, entrega e recebimento dos produtos nos locais designados, promovendo a logística interna necessária para o bom andamento da contratação;

20.9. Incluir a contratação no planejamento anual de contratações e no Plano de Logística Sustentável, quando aplicável, conforme determina o Decreto Estadual nº 11.363/2023;

20.10. Proceder ao recebimento do objeto contratado conforme as regras do art. 140 da Lei nº 14.133/2021, nas seguintes etapas:

- Recebimento provisório dos bens, no momento da entrega, para verificação preliminar de conformidade com as especificações do edital e do contrato;
- Recebimento definitivo, após a verificação da quantidade, qualidade e integridade dos materiais entregues, com a devida aceitação formal por servidor designado para este fim;
- Recusar o recebimento de materiais entregues em desacordo com as condições pactuadas, notificando a contratada para substituição ou regularização no prazo fixado.

21. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

21.1. A empresa contratada se obriga a:

21.2. Fornecer integralmente os itens licitados, rigorosamente conforme as especificações técnicas, quantidades e prazos estabelecidos no edital, no Termo de Referência e no contrato;

21.3. Responder pela qualidade, integridade e conformidade dos produtos entregues, assegurando que estejam em perfeitas condições de uso, observadas as normas técnicas aplicáveis e eventuais exigências de certificação (ex: INMETRO, ABNT, etc.);

21.4. Substituir, às suas expensas, qualquer item entregue com defeito ou fora das especificações, no prazo máximo estabelecido pela Administração, contados da notificação formal;

21.5. Manter durante toda a execução contratual as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, sob pena de aplicação das sanções previstas em lei;

21.6. Cumprir integralmente os prazos e condições de entrega, bem como respeitar os locais e horários previamente definidos pela contratante;

21.7. Arcar com todos os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais e civis decorrentes da execução do contrato, conforme dispõe o art. 121 da Lei nº 14.133/2021;

21.8. Responsabilizar-se pelos danos causados à Administração ou a terceiros, em decorrência de culpa ou dolo na execução do contrato, inclusive por falhas no fornecimento, transporte ou acondicionamento dos materiais;

21.9. Manter canal de comunicação disponível para esclarecimentos e resolução de intercorrências durante toda a vigência contratual;

21.10. Apresentar, quando exigido, amostras dos produtos ofertados para verificação de conformidade técnica, conforme previsto no edital;

21.11. Atender aos requisitos de segurança, saúde, ambientais e culturais aplicáveis, inclusive quanto à destinação adequada de resíduos ou embalagens, em conformidade com o art. 25 da Lei nº 14.133/2021;

21.12. Assinar o contrato no prazo legal, após a homologação, bem como cumprir todas as cláusulas pactuadas, inclusive quanto às penalidades, responsabilidades e condições de pagamento;

21.13. Facilitar o trabalho da fiscalização e gestão contratual, fornecendo todos os documentos e informações solicitadas, bem como atendendo prontamente às notificações e determinações da contratante.

22. DO MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

22.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas, as normas da Lei nº 14.133/2021, o edital de licitação e o Termo de Referência, cabendo a cada parte a responsabilidade pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

22.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato por determinação da Administração, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente, pelo tempo correspondente, devendo tal circunstância ser formalmente anotada por simples apostila, conforme autoriza a legislação.

22.3. As comunicações entre a contratante e a contratada deverão ser feitas preferencialmente por escrito, sendo admitido o uso de meios eletrônicos oficiais para registros formais, solicitações, notificações e orientações administrativas.

22.4. O órgão contratante poderá convocar, a qualquer tempo, o representante legal da contratada para reuniões presenciais ou virtuais, com o objetivo de resolver pendências contratuais, alinhar entregas ou esclarecer pontos técnicos relevantes à execução.

22.5. Após a assinatura do contrato, será realizada reunião inicial de alinhamento, com participação do gestor e do fiscal do contrato, bem como da contratada, na qual serão apresentadas:

- As principais obrigações contratuais;
- Os mecanismos de fiscalização e controle;
- As condições logísticas e operacionais da entrega dos materiais;
- Os critérios para aceitação e recebimento definitivo dos itens;
- As penalidades aplicáveis, em caso de inadimplemento.

22.6. **Fiscal do Contrato**

22.6.1. Será designado formalmente pela Administração um servidor público como Fiscal do Contrato, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021, com as seguintes atribuições principais:

- Conhecer o edital, o contrato e seus anexos em sua totalidade;
- Acompanhar e fiscalizar o fornecimento dos materiais contratados;
- Verificar a conformidade dos produtos entregues com as especificações técnicas exigidas, recusando os que apresentem defeitos ou irregularidades;
- Atestar as notas fiscais após a conferência da quantidade e qualidade dos materiais entregues;
- Registrar formalmente todas as ocorrências relativas à execução contratual, comunicando-as ao gestor;
- Controlar prazos, exigir correções e propor providências cabíveis em caso de falhas;
- Solicitar amostras e ensaios, quando necessário, para comprovar a qualidade dos produtos;
- Reunir-se com o representante da contratada sempre que necessário;
- Representar formalmente à autoridade competente em caso de indícios de irregularidades graves.

22.7. **Gestor do Contrato**

22.7.1. Também será designado pela Administração um servidor como Gestor do Contrato, com atribuições gerenciais e administrativas, competindo-lhe:

- Assegurar o cumprimento integral do contrato, com qualidade e nos prazos pactuados;
- Solicitar e acompanhar os relatórios de fiscalização do contrato;
- Propor medidas corretivas ou de melhoria na execução contratual;
- Controlar a vigência contratual, providenciando prorrogação, encerramento ou rescisão, quando cabível;
- Comunicar-se com a contratada, por ordem da autoridade competente, para tratar de pendências formais e notificações;
- Apoiar o fiscal sempre que este enfrentar dúvidas técnicas ou limites de competência;
- Manter o Ordenador de Despesas informado quanto à execução e eventuais problemas contratuais.

22.8. Este modelo de gestão atende aos princípios da eficiência, do controle e da transparência, previstos na Lei nº 14.133/2021, sendo fundamental para o sucesso da contratação e para a boa aplicação dos recursos públicos.

23. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA

23.1. Serão desclassificadas as propostas que não atenderem às exigências deste Termo de Referência ou que apresentarem preços manifestamente inexequíveis.

23.2. Serão consideradas aceitáveis as propostas que:

I - **Atendam integralmente às exigências do edital**, inclusive quanto às **especificações técnicas, quantitativos e condições de fornecimento** descritas neste Termo de Referência e seus anexos;

II - Apresentem valor **compatível com o valor estimado da contratação**, fundamentado no mapa de preços e pesquisa de mercado realizada pela Administração, nos termos do art. 23 da Lei nº 14.133/2021;

III - Estejam **devidamente justificados e demonstrados**, caso apresentem valores **significativamente inferiores aos praticados no mercado** (art. 59, §1º, da Lei nº 14.133/2021), podendo a Administração solicitar **esclarecimentos e comprovações** junto à licitante provisoriamente vencedora;

IV - Estejam **expressas em moeda corrente nacional**, com a devida clareza na composição de preços e tributos incidentes, conforme determina a legislação tributária e orçamentária vigente;

V - Sejam **exequíveis, vantajosas para a Administração Pública** e demonstrem a capacidade da empresa em **cumprir todas as condições contratuais**, especialmente quanto ao fornecimento, prazos, qualidade dos produtos e atendimento às normas técnicas aplicáveis.

VI - A Administração poderá solicitar **amostras ou esclarecimentos adicionais** à licitante melhor classificada, com o objetivo de verificar a **aderência dos itens ofertados às exigências técnicas**, antes da adjudicação do objeto.

23.3. A inobservância de quaisquer dessas condições poderá ensejar a **desclassificação da proposta**, nos termos do art. 59 da Lei nº 14.133/2021, com a consequente convocação da próxima licitante classificada.

23.4. O prazo de validade da proposta de preços será de 60 (sessenta) dias a contar da data de sua apresentação

24. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (PENALIDADES)

24.1. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa da Empresa contratada, observando-se os procedimentos previstos nos caput's e parágrafos dos arts. 155 a 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

O presente documento segue assinado pelo servidor Elaborador, pela autoridade Requisitante e pela autoridade responsável pela Aprovação da conveniência e oportunidade, com fulcro no Decreto Estadual nº 6.092/2013 e a IN Conjunta nº 01/2014, cujos fundamentos passam a integrar a presente decisão por força do art. 50, § 1º, da Lei nº 9.784/1999.

Marlon Gabriel Barbosa Castelo Branco

1º Tenente QOBMEC

Divisão de Gestão de Controle e Comando Ambiental - SEMA

Matrícula: 9547398-1

Elaborador/Requisitante

Leonardo das Neves Carvalho

Secretario de Estado do Meio Ambiente - SEMA

Decreto nº 8.131-P de 15 de outubro de 2024

Autoridade/Aprovação

ANEXO I

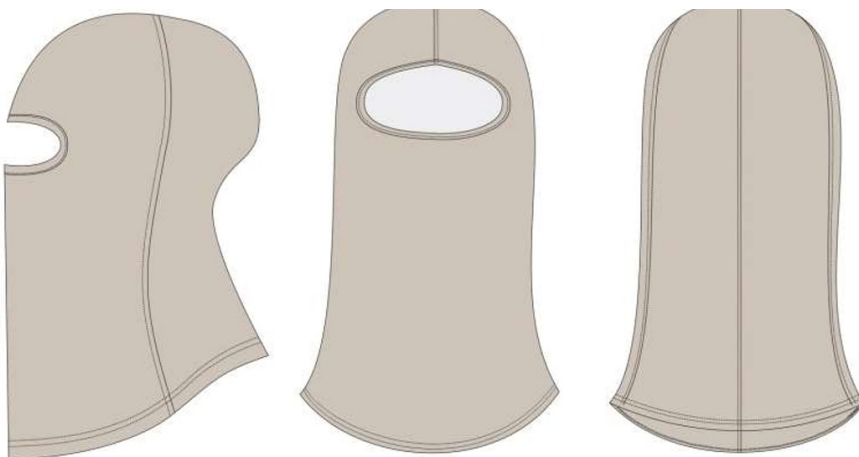
Item 2.



Item 3



Item 4.



Item 5.



Documento assinado eletronicamente por **MARLON GABRIEL BARBOSA CASTELO BRANCO, 1º Tenente**, em 23/04/2026, às 14:50, conforme horário oficial do Acre, com fundamento no art. 11, § 3º, da [Instrução Normativa Conjunta SGA/CGE nº 001, de 22 de fevereiro de 2018](#)



Documento assinado eletronicamente por **LEONARDO DAS NEVES CARVALHO, Secretário(a) de Estado**, em 24/04/2026, às 14:59, conforme horário oficial do Acre, com fundamento no art. 11, § 3º, da [Instrução Normativa Conjunta SGA/CGE nº 001, de 22 de fevereiro de 2018](#)



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://www.sei.ac.gov.br/autenticidade>, informando o código verificador **0020469962** e o código CRC **E3AA7C58**.

Referência: Processo nº 0820.017137.00101/2025-69

SEI nº 0020469962

ANEXO II DO EDITAL - MINUTA DO CONTRATO

MINUTA DE CONTRATO nº 2/2026/SEMA - DPLIC

MINUTA DO TERMO DE CONTRATO DE FORNECIMENTO DE BENS MÓVEIS Nº XX/2025 QUE FAZEM ENTRE SI O ESTADO DO ACRE, POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE COMO CONTRATANTE E A EMPRESA XXXXXXXXXXXX COMO CONTRATADA.

PROCESSO SEI Nº 0820.017137.00101/2025-69.

O Estado do Acre, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 04.034.443/0001-54, neste ato representado pela **SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE - SEMA**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 63.601.769/0001-85, com sede na Rua Benjamin Constant, 856, Centro, Rio Branco/AC, doravante denominada simplesmente **CONTRATANTE**, neste ato representada pelo Excelentíssimo Secretário o Senhor LEONARDO DAS NEVES CARVALHO, brasileiro, inscrito no CPF nº 512.605.222-53, nomeado por meio do Decreto nº 8.131-P de 15 de outubro de 2024 - Diário Oficial nº 13.883 - DOE EXTRA 13883-A, Pág. 01, e do outro lado a empresa, devidamente inscrita no CNPJ Nº, estabelecida na, neste ato representada pelo Sr., Brasileiro, domiciliado e residente cidade de, denominada simplesmente **CONTRATADA**, pactuam o presente **CONTRATO** em conformidade com o que dispõe a Lei nº 14.133/2021 e suas alterações, mediante as cláusulas e condições a seguir:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O presente contrato tem por objeto a **aquisição de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs)** destinados ao uso exclusivo de **65 brigadistas** contratados temporariamente pela **Secretaria de Estado do Meio Ambiente – SEMA/AC**, no âmbito das ações de prevenção e combate a incêndios florestais do **Projeto REM/KFW FASE 2**, conforme as exigências, especificações e quantidades abaixo:

Nº	Item	Quantidade	Descrição Técnica
1	Coturno/Bota Operacional	65 pares	Calçado tipo coturno, cor preta, com cano alto, solado em borracha antiderrapante e resistente ao calor, fechamento em cadarço, palmilha de conforto e biqueira resistente. Deve garantir estabilidade e proteção em terrenos irregulares.
2	Camisa tipo Gandola – Cor Amarela	65 unidades	Camisa de manga longa, com proteção UV e tratamento antichama, tecido resistente 100% algodão ou similar, cor amarela, bolsos frontais com lapela, fechamento em botão ou velcro, com identificação visual da SEMA e do projeto REM.
3	Calça Tática Masculina – Cor Verde	65 unidades	Calça de tecido resistente e respirável (rip stop ou similar), na cor verde oliva ou floresta, com reforço nos joelhos, bolsos laterais, ajuste na cintura e tornozelos, costura reforçada e conforto para uso prolongado.
4	Balaclava Antichama	65 unidades	Touca tipo balaclava, confeccionada em tecido com tratamento antichama (aramida ou similar), cobrindo toda a cabeça e pescoço, com abertura frontal ajustável para os olhos. Cor escura.
5	Camiseta Manga Longa com Faixa Refletiva (Azul)	65 unidades	Camiseta de manga longa, cor azul marinho, com faixas refletivas horizontais no tórax e braços, tecido respirável com proteção UV, identificação institucional da SEMA/Projeto REM, e costuras reforçadas para uso em campo.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – DA VINCULAÇÃO

2.1. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- 2.1.1. O Termo de Referência;
- 2.1.2. O Edital da Licitação;
- 2.1.3. A Proposta do contratado;
- 2.1.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

3.1. DA VIGÊNCIA

3.1.1. O prazo de vigência do instrumento contratual a ser firmado com a CONTRATADA será de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, mediante termo aditivo, observado o disposto nos artigos de nº 105,106 e 107 da Lei Federal nº 14.133/2021, desde que a CONTRATADA ofereça preços e condições mais vantajosas para o CONTRATANTE.

3.1.2. No período de vigência do Contrato estão incluídos todos os prazos necessários à perfeita execução do objeto nos termos pactuados entre as partes, ressalvados os casos referentes às garantias do objeto, que extrapolam o referido prazo de vigência.

3.2. DA EFICÁCIA

3.2.1. A eficácia do contrato estará condicionada à publicação do seu extrato no Diário Oficial do Estado do Acre.

3.2.2. A divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) é condição indispensável para a eficácia do contrato e de seus aditamentos e deverá ocorrer nos seguintes prazos, contados da data de sua assinatura:

3.2.2.1. 20 (vinte) dias úteis, no caso de licitação.

4. CLÁUSULA QUARTA – MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

4.1. LOCAL DE ENTREGA:

4.1.1. Sede da Secretaria de Estado do Meio Ambiente - SEMA, localizado na Rua Benjamin Constant , Nº 856, Bairro Centro, Rio Branco/AC, CEP 69902-062, conforme a necessidade do órgão descrita nas ordens de entrega dos objetos.

4.1.2. 30 (Trinta) dias a contar do recebimento da Ordem de Entrega emitida pela CONTRATANTE.

4.2. CONDIÇÕES PARA ENTREGA:

4.2.1. A Empresa contratada deverá entregar o material em conformidade com as especificações contidas neste Termo de Referência e em sua Proposta, sem defeitos ou avarias, sendo aplicadas todas as normas e exigências do Código de Defesa do Consumidor (art. 39, VIII, da Lei nº 8.078/90) e demais legislação aplicáveis à espécie.

4.2.2. O descumprimento do prazo estipulado acarretará à empresa contratada as sanções previstas no art. 156 da Lei nº 14.133/2021 e no Edital e seus anexos.

4.2.3. No caso de empresa contratada prever atraso no início ou na conclusão da entrega, poderá solicitar prorrogação de prazo, desde que presentes: justo motivo, prova documental da alegação e que o pedido seja encaminhado ao fiscal do contrato.

4.2.4. Não sendo apresentado pedido de prorrogação, ou caso apresentado, não seja aceito, a aplicação das sanções prevista neste Termo de Referência e no contrato realizar-se-á em procedimento administrativo, assegurado o contraditório e a ampla defesa à Empresa contratada.

4.3. DO RECEBIMENTO

4.3.1. O recebimento do objeto da contratação ocorrerá em duas etapas e será realizado:

4.3.1.1. Provisoriamente: Os produtos serão recebidos provisoriamente no prazo de até 2 (dois) dias úteis, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta;

4.3.1.2. Definitivamente: Os produtos serão recebidos definitivamente no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade dos materiais e consequente aceitação mediante termo circunstanciado e/ou atesto do documento fiscal, pela respectiva unidade administrativa.

4.3.2. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

4.3.3. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Empresa contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do objeto.

4.3.4. A Administração contratante emitirá o documento de aceite somente após o recebimento definitivo e restar constatado ter a empresa contratada cumprido suas obrigações e estar o objeto em condições de recebimento.

4.3.5. No ato do recebimento caso o objeto apresentado não esteja em conformidade com este Termo de Referência, o item será recusado total ou parcialmente, conforme o caso, sem direito a indenização à empresa contratada.

4.3.6. O recebimento definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da empresa contratada quanto aos vícios ocultos, ou seja, que só manifestados quando da sua normal utilização pela Administração contratante, nos termos do Código de defesa do Consumidor (Lei 8.078/90)

4.3.7. Se houver erro no documento fiscal, ou qualquer outra circunstância que impeça o recebimento definitivo, este ficará pendente e o pagamento restará suspenso, não podendo a Empresa contratada interromper a execução do objeto até o saneamento das irregularidades.

4.3.8. Durante o período em que o recebimento definitivo estiver pendente e o pagamento suspenso por culpa da empresa contratada, não incidirá sobre a Administração contratante qualquer ônus, inclusive financeiro

5. CLÁUSULA QUINTA - DAS CONDIÇÕES DA GARANTIA

5.1. Os produtos deverão possuir **garantia mínima de 90 (noventa) dias** contra defeitos de fabricação.

5.2. Itens com defeito deverão ser substituídos pela contratada **sem ônus adicional à Administração**, no prazo máximo de **10 (dez) dias úteis** após notificação.

6. CLÁUSULA SEXTA - DAS CONDIÇÕES ESPECIAIS

6.1. Conforme Item 12 - ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS do Termo de Referência.

6.2. Os **Equipamentos de Proteção Individual (EPIs)** estará sujeito à aceitação da SEMA, o qual caberá o direito de recusar, caso não esteja (am) de acordo com o especificado;

6.3. O quantitativo a ser entregue deverá ser de conformidade com a Ordem de Fornecimento a ser emitida SEMA;

6.4. Qualquer atraso na execução das obrigações assumidas deverá, obrigatoriamente, constar de justificativa protocolada na SEMA, órgão emitente da Nota de Empenho, dirigida à autoridade competente, até o 2º (segundo) dia útil anterior à data prevista para o fornecimento dos fardamentos;

6.5. Não acolhida à justificativa de atraso ou não tendo sido apresentada, o contratado sujeitar-se-á as penalidades constantes do item “Sanções”.

6.6. A CONTRATADA deverá estar apta ao fornecimento dos fardamentos, objeto deste Termo de Referência, no prazo de até 30 (dias) a contar da Ordem de Entrega, após a assinatura da Ata de Registro de Preços;

6.7. Para recebimento de demandas e para entregas, a CONTRATADA deverá disponibilizar atendimento telefônico e E-mail, no horário comercial, de segunda a sexta-feira das 07:00 às 14:00h, e, caso seja necessário, atendimento excepcional fora do horário comercial, sem custo complementar para a CONTRATANTE;

6.8. A CONTRATADA não poderá alterar o objeto, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, mediante solicitação prévia ao CONTRATANTE que irá avaliar e, desde que, não haja impacto no preço, nas características, na qualidade e na pontualidade do fornecimento, poderá, a seu critério, autorizar a alteração solicitada;

6.9. Essa solicitação de alteração deverá ocorrer no mínimo 5(cinco) dias após o recebimento da Ordem de Entrega/Fornecimento;

6.10. A CONTRATADA deverá manter controle de qualidade na manipulação, armazenamento e transporte dos fardamentos, objeto deste termo;

6.11. Os **Equipamentos de Proteção Individual (EPIs)** deverão ser entregues no local, data e hora indicados pelo CONTRATANTE, em embalagens originais, lacradas e apropriadas para armazenamento e sem vestígios de violação.

6.12. Os **Equipamentos de Proteção Individual (EPIs)**, objeto deste Termo de Referência, somente será executado pela empresa registrada, mediante solicitação do Contratante;

6.13. A entrega do objeto não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta;

6.14. A falta de quaisquer dos fardamentos necessários ao atendimento das demandas não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução do fornecimento objeto desta licitação e não eximirá a fornecedora das sanções a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições estabelecidas;

6.15. A Contratada ficará obrigada a trocar, às suas expensas, dos fardamentos que forem recusados, sendo que o ato do recebimento não importará a sua aceitação;

6.16. A licitante deverá manter as condições de habilitação, exigidas durante a licitação, no decorrer de todos os atos processuais

7. CLÁUSULA SÉTEIMA - PREÇO

7.1. O preço da contratação é de **R\$ XXXXXXXXXXXX (XXXXXXXXXXXXXXXXXX)**, conforme detalhado abaixo.

ITEM	DESCRIÇÃO / ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA	UNID.	QTD	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
01	COTURNO / BOTA OPERACIONAL Confeccionado em couro bovino 22 mm; Reforço interno de EVA 2 mm dublado com manta tramada de 1 mm; Forro de Confratec Air, com tratamento anti bacteriano e anti fungos; Reforço no bico e traseira termoplásticos de 2,5 mm tramado frente e verso; Atacadores de Poliamida com função Saque Rápido; Passadores em nylon anti ferrugem; Solado Acero Bomber feito em borracha antiderrapante resistente a 240°, blaqueado e costurado ao cabedal; Palmilha de conforto em Poliuretano de 15 mm de altura no salto e 9 mm na frente, forrada com forro anti bactericida e anti fungos, com memória infinita; Palmilha de montagem em Plantex 2mm com reforços em fibra de 4 mm; Proteções em polietileno rígido; Zíper Lateral facilitando o calce e o saque da bota; Reforço interno em lona resistente e respirável.	Par	65		
02	CAMISA GANDOLA (AMARELA) Composição: 100% poliéster e 33% algodão; Rip Stop (mangas e gola); Micro Dry (peito, costas e axilas); Zíper YKK embutido na gola; Regulador de punho; Possui 2 bolsos, com acabamento em velcro para fixação de patches.	Und	65		
03	CALÇA TÁTICA MASCULINA (VERDE) Tecido Rip-Stop Ultimate composto por 65% poliéster e 35% algodão. Cintura reforçada com elástico franzido, garantindo maior conforto. Barra reforçada com ajuste em tecido aderente. Recorte especial entrepernas para menor atrito e maior amplitude durante o movimento. Região traseira reforçada. 8 bolsos (2 laterais com fole, 2 faca traseiros, 2 frontais com reforço, 2 porta-objetos). Argola e alça para acoplagem. Abotoamento duplo. Passante personalizado. Modelagem anatômica.	Und	65		
04	BALACLAVA (ANTICHAMA/FR) Balaclava de segurança para proteção térmica facial, tipo ninja (1 orifício), confeccionada em malha antichama (FR), em conformidade com NR-10 e padrões de combate a incêndio.	Und	65		

ITEM	DESCRIÇÃO / ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA	UNID.	QTD	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
05	CAMISETA MANGA LONGA COM FAIXA REFLETIVA (AZUL) Camiseta manga longa, cor azul, com faixas refletivas, tecido com proteção (Antichama/FR) adequado para atividades operacionais e visibilidade noturna/diurna.	Und	65		

7.2. Estão incluídos no preço todos os custos de fornecimentos, sendo de responsabilidade exclusiva da CONTRATADA a quitação das obrigações tributárias (diretas ou indiretas), previdenciárias, trabalhistas, securitárias, taxas, transportes, equipamentos e outras necessárias ao cumprimento integral do objeto da contratação que incidam ou venham a incidir sobre o objeto da contratação.

8. CLÁUSULA OITAVA – MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

8.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133/2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

8.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

8.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

8.4. O órgão poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

8.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

8.6. PREPOSTO

8.6.1. A Contratada designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

8.6.2. A Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a Contratada designará outro para o exercício da atividade.

8.7. FISCAL DO CONTRATO

8.7.1. São atribuições do fiscal de contratos, sem prejuízo das demais previstas no Manual de Gestão e Fiscalização dos Contratos Administrativos:

8.7.2. Conhecer o inteiro teor do Edital e seus anexos ou da Ata de Registro de Preços, do Instrumento Contratual, seus anexos e eventuais aditivos/apostilamentos;

8.7.3. Avaliar a quantidade e a qualidade dos serviços executados ou dos bens entregues;

8.7.4. Atestar, em documento hábil, o fornecimento ou a entrega de bens permanentes ou de consumo e a prestação do serviço, após conferência prévia do objeto contratado;

8.7.5. No caso de serviços, controlar a efetividade e eficácia da sua execução em estrita observância ao estabelecido no contrato (especificações e normas técnicas, por exemplo), solicitando a correção de eventuais vícios, imperfeições, deficiências e/ou omissões;

8.7.6. No caso de compras, acompanhar a entrega dos bens, verificando sua quantidade e qualidade;

8.7.7. Registrar todas as ocorrências havidas durante o período de execução do contrato, em livro próprio;

8.7.8. Observar os prazos contratuais para a regularização de eventuais falhas e, no caso da inexistência de sua previsão, estabelecer juntamente com o Gestor de Contrato, prazo razoável para medida saneadora.

8.7.9. Conhecer suas atribuições e responsabilidades para o exercício das atividades de fiscalização;

8.7.10. Assegurar-se do cumprimento integral das obrigações contratuais assumidas pela contratada;

- 8.7.11. Apresentar, periodicamente ou quando solicitado, relatório circunstanciado de acompanhamento da execução do serviço, da entrega do material ou do bem, que deverá ser instruído com registros fotográficos e demais documentos probatórios, quando for o caso;
- 8.7.12. Acompanhar rotineiramente a execução dos serviços contratados, assim como conferir se os materiais ou bens requisitados foram entregues em perfeitos estado e nas mesmas condições e características pactuadas;
- 8.7.13. Atuar em tempo hábil na solução dos problemas que – porventura - venham a ocorrer ao longo da execução contratual, desde que não ultrapassem suas competências;
- 8.7.14. Encaminhar as questões que ultrapassem suas atribuições ao Gestor do Contrato;
- 8.7.15. Providenciar, sempre por escrito, a obtenção de esclarecimentos, auxílio ou suporte técnico para aqueles casos em que tiver dúvidas sobre a providência a ser adotada.
- 8.7.16. Indicar, em nota técnica, a necessidade de eventuais descontos a serem realizados no valor mensal dos serviços, por meio de glosas que serão escritas no verso da nota ou documento equivalente;
- 8.7.17. Cientificar o gestor do contrato e também o Ordenador de Despesas do órgão/entidade contratante da possibilidade de não conclusão do objeto na data pactuada, com as devidas justificativas;
- 8.7.18. Realizar, juntamente com a contratada, as medições dos serviços nas datas estabelecidas, antes de atestar as respectivas notas fiscais;
- 8.7.19. Reportar-se sempre ao preposto da contratada, não devendo, em hipótese alguma, dar ordens diretamente aos seus empregados;
- 8.7.20. Emitir atestados ou certidões de avaliação dos serviços prestados;
- 8.7.21. Emitir atestado ou certidão de realização de serviços, total ou parcial;
- 8.7.22. Controlar a medição do serviço executado, aprovando somente a medição dos servidos efetivamente realizados;
- 8.7.23. Informar o Gestor do Contrato sobre irregularidade que deva ser sanada;
- 8.7.24. Glosar as medições quando houver má execução do contratado ou mesmo a sua não execução e, com isso, sugerir a aplicação de penalidades ao contratado em face do inadimplemento de suas obrigações.
- 8.7.25. Representar, levando ao conhecimento das autoridades a execução de ato ilícito que tenha tido conhecimento em razão de seu ofício.

8.8. GESTOR DO CONTRATO

- 8.8.1. São atribuições do Gestor de Contratos, sem prejuízo das demais previstas no Manual de Gestão e Fiscalização dos Contratos Administrativos:
- 8.8.2. Conhecer o inteiro teor do Edital e seus anexos ou da Ata de Registro de Preços, do Instrumento Contratual e seus eventuais aditivos;
- 8.8.3. Gerenciar todo o Processo Administrativo de Despesa Pública – PADP referente à contratação;
- 8.8.4. Assegurar-se do cumprimento integral das obrigações contratuais assumidas, com qualidade e em respeito à legislação vigente;
- 8.8.5. Solicitar periodicamente ao fiscal do contrato relatório das ocorrências para que, sendo o caso, possa tomar as providências cabíveis a fim de corrigi-las;
- 8.8.6. Atuar em tempo hábil na solução dos problemas de sua alçada que venham a ocorrer ao longo da execução contratual;
- 8.8.7. Analisar notas/glosas escritas pelo fiscal, a fim de constatar a possível necessidade de descontos a serem realizados no valor mensal dos serviços/compras, informando-as ao setor financeiro;
- 8.8.8. Encaminhar formalmente as demandas ao preposto por meio de ordem de serviço/entrega ou fornecimento;
- 8.8.9. Repassar ao Fiscal de Contratos todas as informações e documentos relativos ao contrato, para que este último possa bem fiscalizá-lo;
- 8.8.10. Dar publicidade e manter semanalmente atualizados os dados de cada PADP sob sua gerência por meio da inserção de dados em meios informáticos;
- 8.8.11. Acompanhar a vigência do instrumento contratual, a fim de proceder às diligências administrativas de prorrogação, se possível e vantajoso for, ou ao encerramento da contratação, de modo a garantir o atendimento do

interesse público.

- 8.8.12. Propor medidas que melhorem a execução do contrato.
- 8.8.13. Conhecer suas atribuições para o exercício das atividades de gestão;
- 8.8.14. Encaminhar ao respectivo responsável, as questões que ultrapassam o âmbito das suas atribuições para que possam ser solucionadas;
- 8.8.15. Providenciar, sempre por escrito, a obtenção de esclarecimentos, auxílio ou suporte técnico, para aqueles casos em que tiver dúvidas sobre a providência a ser adotada.
- 8.8.16. Alimentar o Portal da Transparência e de Acesso à Informação do Governo, os sistemas informatizados para gestão dos Contratos Administrativos e outros subsistemas quanto a informações inerentes aos contratos que gerencia, responsabilizando-se por tais informações, inclusive, sempre quando solicitadas;
- 8.8.17. Negociar condições previamente estabelecidas com o contratante sempre que o mercado assim o exigir e quando da sua prorrogação, nos termos da Lei
- 8.8.18. Informar periodicamente ao Ordenador de Despesas do órgão/entidade sobre ocorrências relacionadas ao contrato. Por exemplo: execução de ajustes, requerimento de concessão de reajuste, prorrogações e etc., encaminhando, sempre que solicitado, o relatório de acompanhamento de obras ou serviços prestados comunicando as irregularidades encontradas
- 8.8.19. Juntamente com o fiscal, deve levar ao conhecimento do Ordenador de Despesas do órgão/entidade, sempre por escrito, instruções relativas a modificações de projetos aprovados, alterações de prazos, cronogramas e demais informações correlatas ao contrato, emitindo pareceres e relatórios técnicos como forma de subsidiar a Administração na tomada de decisões
- 8.8.20. Obter a formalização da designação do preposto junto à contratada;
- 8.8.21. Elaborar o plano de inserção, instrumento pelo qual deverá ocorrer o repasse ao contratado dos conhecimentos necessários para a execução dos serviços, e disponibilizar infraestrutura adequada à contratada para execução do pactuado, quando for o caso;
- 8.8.22. Notificar a contratada, por ordem do Ordenador de Despesas do órgão/entidade contratante, sobre irregularidades encontradas; e
- 8.8.23. Controlar a regularidade do adimplemento das obrigações trabalhistas e previdenciárias da contratada com seus empregados.

9. CLÁUSULA NONA -FISCAL DO CONTRATO

- 9.1. São atribuições do fiscal de contratos, sem prejuízo das demais previstas no Manual de Gestão e Fiscalização dos Contratos Administrativos:
 - 9.1.1. Conhecer do Instrumento Contratual, seus anexos e eventuais aditivos/apostilamentos;
 - 9.1.2. Avaliar a quantidade e a qualidade dos produtos entregues;
 - 9.1.3. Atestar, em documento hábil, o fornecimento ou a entrega de bens permanentes, após conferência prévia do objeto contratado;
 - 9.1.4. No caso de compras, acompanhar a entrega dos bens ou materiais de consumo, verificando sua quantidade e qualidade;
 - 9.1.5. Registrar todas as ocorrências havidas durante o período de execução do contrato, em livro próprio;
 - 9.1.6. Observar os prazos contratuais para a regularização de eventuais falhas e, no caso da inexistência de sua previsão, estabelecer juntamente com o Gestor de Contrato, prazo razoável para medida saneadora;
 - 9.1.7. Conhecer suas atribuições e responsabilidades para o exercício das atividades de fiscalização;
 - 9.1.8. Assegurar-se do cumprimento integral das obrigações contratuais assumidas pela contratada;
 - 9.1.9. Apresentar, periodicamente ou quando solicitado, relatório circunstanciado de acompanhamento da execução da entrega do bem, que deverá ser instruído com registros fotográficos e demais documentos probatórios, quando for o caso;
 - 9.1.10. Acompanhar rotineiramente a execução do objeto contratado, assim como conferir se os materiais requisitados foram entregues em perfeitos estado e nas mesmas condições e características pactuadas;
 - 9.1.11. Atuar em tempo hábil na solução dos problemas que – porventura - venham a ocorrer ao longo da execução contratual, desde que não ultrapassem suas competências;

- 9.1.12. Encaminhar as questões que ultrapassem suas atribuições ao Gestor do Contrato;
- 9.1.13. Providenciar, sempre por escrito, a obtenção de esclarecimentos, auxílio ou suporte técnico para aqueles casos em que tiver dúvidas sobre a providência a ser adotada;
- 9.1.14. Cientificar o gestor do contrato e também o Ordenador de Despesas do órgão/entidade contratante da possibilidade de não conclusão do objeto na data pactuada, com as devidas justificativas;
- 9.1.15. Realizar, juntamente com a contratada, a verificação dos itens nas datas estabelecidas, antes de atestar as respectivas notas fiscais;
- 9.1.16. Reportar-se sempre ao preposto da contratada, não devendo, em hipótese alguma, dar ordens diretamente aos seus empregados;
- 9.1.17. Emitir atestados ou certidões de avaliação dos serviços prestados;
- 9.1.18. Emitir atestado ou certidão de realização de serviços, total ou parcial;
- 9.1.19. Controlar o serviço executado, aprovando somente os efetivamente realizados;
- 9.1.20. Informar o Gestor do Contrato sobre irregularidade que deva ser sanada;
- 9.1.21. Glosar os serviços contratados quando houver má execução do contratado ou mesmo a sua não execução e, com isso, sugerir a aplicação de penalidades ao contratado em face do inadimplemento de suas obrigações;
- 9.1.22. Representar, levando ao conhecimento das autoridades a execução de ato ilícito que tenha tido conhecimento em razão de seu ofício.

10. CLÁUSULA DÉCIMA - GESTOR DO CONTRATO

- 10.1. São atribuições do Gestor de Contratos, sem prejuízo das demais previstas no Manual de Gestão e Fiscalização dos Contratos Administrativos:
 - 10.1.1. Conhecer o inteiro teor do Instrumento Contratual e seus eventuais aditivos;
 - 10.1.2. Gerenciar todo o Processo Administrativo de Despesa Pública – PADP referente à contratação;
 - 10.1.3. Assegurar-se do cumprimento integral das obrigações contratuais assumidas, com qualidade e em respeito à legislação vigente;
 - 10.1.4. Solicitar periodicamente ao fiscal do contrato relatório das ocorrências para que, sendo o caso, possa tomar as providências cabíveis a fim de corrigi-las;
 - 10.1.5. Atuar em tempo hábil na solução dos problemas de sua alçada que venham a ocorrer ao longo da execução contratual;
 - 10.1.6. Analisar notas escritas pelo fiscal, a fim de constatar a possível necessidade de descontos a serem realizados no valor da compra, informando-as ao setor financeiro;
 - 10.1.7. Encaminhar formalmente as demandas ao preposto por meio de ordem de entrega ou fornecimento;
 - 10.1.8. Repassar ao Fiscal de Contratos todas as informações e documentos relativos ao contrato, para que este último possa bem fiscalizá-lo;
 - 10.1.9. Dar publicidade e manter semanalmente atualizados os dados de cada PADP sob sua gerência por meio da inserção de dados em meios informáticos;
 - 10.1.10. Acompanhar a vigência do instrumento contratual, a fim de proceder às diligências administrativas de prorrogação, se possível e vantajoso for, ou ao encerramento da contratação, de modo a garantir o atendimento do interesse público;
 - 10.1.11. Propor medidas que melhorem a execução do contrato;
 - 10.1.12. Conhecer suas atribuições para o exercício das atividades de gestão;
 - 10.1.13. Encaminhar ao respectivo responsável, as questões que ultrapassem o âmbito das suas atribuições para que possam ser solucionadas;
 - 10.1.14. Providenciar, sempre por escrito, a obtenção de esclarecimentos, auxílio ou suporte técnico, para aqueles casos em que tiver dúvidas sobre a providência a ser adotada;
 - 10.1.15. Alimentar o Portal da Transparência e de Acesso à Informação do Governo, os sistemas informatizados para gestão dos Contratos Administrativos e outros subsistemas quanto a informações inerentes aos contratos que gerencia, responsabilizando-se por tais informações, inclusive, sempre quando solicitadas;
 - 10.1.16. Negociar condições previamente estabelecidas com o contratante sempre que o mercado assim o exigir

e quando da sua prorrogação, nos termos da Lei;

10.1.17. Informar periodicamente ao Ordenador de Despesas do órgão/entidade sobre ocorrências relacionadas ao contrato. Por exemplo: execução de ajustes, requerimento de concessão de reajuste, prorrogações e etc., encaminhando, sempre que solicitado, o relatório de acompanhamento de obras ou serviços prestados comunicando as irregularidades encontradas;

10.1.18. Juntamente com o fiscal, deve levar ao conhecimento do Ordenador de Despesas do órgão/entidade, sempre por escrito, instruções relativas a modificações de projetos aprovados, alterações de prazos, cronogramas e demais informações correlatas ao contrato, emitindo pareceres e relatórios técnicos como forma de subsidiar a Administração na tomada de decisões;

10.1.19. Obter a formalização da designação do preposto junto à contratada;

10.1.20. Elaborar o plano de inserção, instrumento pelo qual deverá ocorrer o repasse ao contratado dos conhecimentos necessários para a execução do objeto contratado, e disponibilizar infraestrutura adequada à contratada para execução do pactuado, quando for o caso;

10.1.21. Notificar a contratada, por ordem do Ordenador de Despesas do órgão/entidade contratante, sobre irregularidades encontradas;

10.1.22. Controlar a regularidade do adimplemento das obrigações trabalhistas e previdenciárias da contratada com seus empregados.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – SUBCONTRATAÇÃO

11.1. Não será permitida a subcontratação do objeto.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA GARANTIA DE EXECUÇÃO CONTRATUAL

12.1. Não será permitido a subcontratação para fornecimento dos bens à serem adquiridos.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - CRITÉRIOS DE PAGAMENTO

13.1. O pagamento dos serviços prestados será efetuado à empresa contratada no prazo máximo de até 30 (trinta) dias corridos, contados do recebimento do documento fiscal, compreendido nesse período a fase de ateste deste – o qual conterá o endereço, o CNPJ, os números do Banco, da Agência e da Conta Corrente da Empresa contratada, o número da Nota de Empenho e a descrição clara do objeto – em moeda corrente nacional, de acordo com as condições constantes na proposta da Empresa contratada e aceita pela Administração contratante;

13.2. A emissão da ordem bancária será efetivada após o documento fiscal ser conferido, aceito e atestado por servidor responsável, caracterizando o recebimento definitivo, e ter sido verificada a regularidade da Empresa contratada, mediante consulta on-line ao Sistema Unificado de Cadastro de Fornecedores (SICAF), ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), ao Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa disponível no Portal do CNJ e à Certidão Negativa (ou Positiva com efeito de Negativa) de Débitos Trabalhistas (CNDT), para comprovação, dentre outras coisas, do devido recolhimento das contribuições sociais (FGTS e Previdência Social) e demais tributos estaduais, federais e municipais, conforme cada caso;

13.3. O documento fiscal deverá ser emitido em nome da:

a) Secretaria de Estado do Meio Ambiente - SEMA, Endereço: Rua Benjamin Constant , Nº 856, Primeiro e segundo piso - Bairro Centro, Rio Branco/AC, CEP 69902-062.;

b) CNPJ nº 63.601.769/0001-85, devendo constar no corpo da nota fiscal/fatura o número do contrato e do empenho.

13.4. A empresa contratada deve apresentar o documento fiscal de fornecimento de material, emitido e entregue ao fiscal do contrato, para fins de liquidação e pagamento;

13.5. Na ocorrência de rejeição do documento fiscal motivado por erro ou incorreções, o mesmo será devolvido à empresa contratada para retificação e reapresentação, acrescendo-se, no prazo fixado para pagamento, os dias que se passarem entre a data da devolução e a da reapresentação;

13.6. Nos casos de eventuais atrasos injustificados de pagamento, desde que a Empresa contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Administração contratante, desde a data limite fixada para pagamento até a data do efetivo pagamento, será a seguinte:

EM = (NxVPxI)/365, onde:

EM = Encargos moratórios a serem pagos pelo atraso de pagamento;

N = Número de dias de atraso contados entre a data limite prevista para o pagamento e a data do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso; e

13.7. Os documentos de cobrança deverão ser entregues pela empresa contratada, na Rua Benjamin Constant, Nº 856, Bairro Centro, Rio Branco/AC, CEP 69902-062, no horário de expediente da Contratante, ou por e-mail a ser informado quando da assinatura do contrato;

13.8. Em nenhuma hipótese será efetuado pagamento de documento fiscal com o número do CNPJ/MF diferente do que foi apresentado na proposta de preços, mesmo que sejam empresas consideradas matriz e filial ou vice-versa, ou pertencentes ao mesmo grupo ou conglomerado;

13.9. Não será realizado qualquer tipo de pagamento através de boleto bancário ou por outro meio diferente do previsto no Contrato;

13.10. A Administração contratante, no momento do pagamento, providenciará as devidas retenções tributárias, nos termos da legislação vigente, exceto nos casos em que a empresa contratada comprovar, na forma prevista em lei, não lhe serem aplicáveis tais retenções;

13.11. Caso a empresa contratada seja optante pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das ME e EPP – SIMPLES, desde que não haja vedação legal para tal opção em razão do objeto executado, deverá apresentar, juntamente com o documento fiscal, a devida comprovação, a fim de evitar a retenção na fonte dos tributos e contribuições, conforme legislação em vigor;

13.12. O atual processo licita os componentes CPU, Monitor, Teclado e Mouse de forma conjunta (único item). Considerando que os citados componentes possuem diferentes classificações fiscais e tributações, e em conformidade com o Artigo 413, Inciso IV, do Regulamento de IPI (Decreto 7.212/2010), a emissão da nota fiscal pode destacar cada componente separadamente, aplicando-se a classificação fiscal e a tributação específica para cada item, sendo a soma total dos itens correspondente ao valor do item licitado.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

14.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.

14.2. Após o interregno de um ano, os preços iniciais poderão ser reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

14.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

14.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

14.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

14.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

14.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

14.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA- DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

15.1. Constituem obrigações da Contratante, além de outras previstas no edital e na legislação pertinente, as seguintes:

15.1.1. Efetuar o pagamento, das Notas Fiscais/Faturas correspondentes, no prazo máximo de até 30 (trinta) dias do recebimento das mesmas, após devidamente atestadas por servidor designado;

15.1.2. Aplicar as sanções administrativas, quando se fizerem necessárias;

15.1.3. Dar à CONTRATADA as condições necessárias a regular execução do Contrato;

15.1.4. Notificar a CONTRATADA por qualquer irregularidade na execução do Contrato;

15.1.5. Designar um servidor, como seu representante, que irá exercer ampla, irrestrita e permanente fiscalização e acompanhamento de todas as fases de execução das obrigações e do desempenho da CONTRATADA;

15.1.6. Receber os objetos e testá-los imediatamente;

- 15.1.7. Sustar a execução de quaisquer trabalhos por estarem em desacordo com o especificado ou por outro motivo que caracteriza a necessidade de tal medida;
- 15.1.8. Fiscalizar quando julgar conveniente, nas dependências da CONTRATADA, mesmo sem prévia comunicação, a prestação de serviços em objetos e acessórios;
- 15.1.9. Emitir pareceres em todos os atos da Administração relativos à execução do Contrato, em especial aplicação de sanções e alterações do Contrato;
- 15.1.10. Solicitar à CONTRATADA através de seu representante, tempestivamente, todas as providências necessárias ao bom andamento dos serviços;
- 15.1.11. Documentar as ocorrências havidas no decorrer da execução do Contrato, em registro próprio;
- 15.1.12. Notificar a CONTRATADA, por escrito, quaisquer irregularidades que venham ocorrer, em função da entrega;
- 15.1.13. Notificar a CONTRATADA, por escrito, da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução do contrato, fixando prazo para a sua correção;
- 15.1.14. Pagar à CONTRATADA o valor resultante da contratação, no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;
- 15.1.15. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura fornecida pela CONTRATADA;
- 15.1.16. Não praticar atos de ingerência na administração da CONTRATADA, tais como:
- 15.1.16.1. Exercer o poder de mando sobre os empregados da CONTRATADA, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação previr o atendimento direto;
- 15.1.16.2. Direcionar a contratação de pessoas para trabalhar na empresa CONTRATADA;
- 15.1.16.3. Promover ou aceitar o desvio de funções dos trabalhadores da CONTRATADA, mediante a utilização destes em atividades distintas daquelas previstas no objeto da contratação e em relação à função específica para a qual o trabalhador foi contratado.
- 15.1.17. Proporcionar à CONTRATADA as facilidades e as informações necessárias a fim de que possa desempenhar normalmente os serviços contratados;
- 15.1.18. Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;
- 15.1.19. Comunicar formalmente à Contratada, através de correspondências sempre que houver alterações e informações que possam modificar itens do contrato originalmente avençados;
- 15.1.20. Publicar os aditivos contratuais sempre que houver alterações e informações que possam modificar itens do contrato;
- 15.1.21. Conduzir os procedimentos relativos a eventuais negociações dos preços contratados e a aplicação de penalidades por descumprimento do pactuado no instrumento de contrato;
- 15.1.22. Exigir o cumprimento de todos os compromissos assumidos pela Contratada;
- 15.1.23. Fiscalizar o cumprimento das cláusulas contratuais, fazendo-as cumprir;
- 15.1.24. Manifestar-se formalmente em todos os atos relativos à execução do Contrato, em especial quanto à aplicação de sanções, alterações e reajuste do contrato;
- 15.1.25. Permitir acesso dos empregados da Contratada às suas dependências para a entrega do objeto, necessários ao cumprimento do contrato;
- 15.1.26. Proceder ao recebimento, atestar as respectivas faturas e proceder à liquidação e ao pagamento dos equipamentos fornecidos;
- 15.1.27. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;
- 15.1.28. Recusar, com a devida justificativa, os materiais entregues fora das especificações constantes na proposta da Contratada;
- 15.1.29. Responder, por dano ou prejuízo que venha a ser causado à Contratada em decorrência de comprovada ação culposa da Contratante;
- 15.1.30. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos objetos recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

15.1.31. Verificar a regularidade da Contratada, junto ao Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores do Governo do Estado do Acre - CADUF, antes de cada pagamento;

15.1.32. Verificar, por ocasião do pagamento, a regularidade da Contratada junto à Seguridade Social (INSS), Caixa Econômica Federal (FGTS), Justiça do trabalho, Receita Federal, Fazenda Estadual e Prefeitura Municipal.

15.2. A CONTRATANTE não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA e de seus empregados, prepostos ou subordinados;

15.3. A CONTRATANTE, por meio de servidor habilitado ou de pessoas previamente designadas, deverá efetuar a fiscalização permanente da execução do contrato, garantir que seja realizada a entrega e instalação em perfeitas condições, para que o material adquirido de forma adequada afim de alcançar os resultados esperados, conforme o disposto no instrumento contratual a ser elaborado de acordo com todas as diretrizes contidas no Estudo Técnico Preliminar e Termo de Referência.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATADA

16.1. Constituem obrigações da Contratada, além de outras previstas no edital e na legislação pertinente, as seguintes:

16.1.1. Entregar os materiais, observadas as especificações técnicas e condições comerciais declinadas neste termo;

16.1.2. Executar o objeto deste termo de referência que através de mão-de-obra qualificada, de modo a garantir o uso normal e perfeito funcionamento dos bens;

16.1.3. Manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

16.1.3.1. A não manutenção das condições de habilitação pela CONTRATADA poderá dar ensejo à rescisão contratual, sem prejuízo das demais sanções;

16.1.4. Apresentar, durante toda a execução do Contrato, documentos que comprovem estarem cumprindo a legislação em vigor quanto às obrigações assumidas, especialmente, encargos sociais, previdenciários, tributários, fiscais e comerciais;

16.1.5. Apresentar a tempo e modo, assim que solicitada pela CONTRATANTE, todo e qualquer documento atinente à execução do Contrato na forma da Lei Civil, por todo e qualquer dano imposto à CONTRATANTE, ou a terceiros, em decorrência da prestação do objeto contratado;

16.1.6. Apresentar, sempre que for solicitado pela fiscalização, a CONTRATADA os certificados e garantias dos materiais adquiridos;

16.1.7. Comunicar a CONTRATANTE qualquer alteração em seu contrato social ou modificação da sua finalidade ou da sua estrutura no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, a contar do arquivamento dos documentos no Cartório de Registro específico;

16.1.8. Atender imediatamente as determinações do representante da CONTRATANTE com vista a corrigir defeitos observados na execução do Contrato;

16.1.9. Responsabilizar-se por todos e quaisquer ônus decorrente da execução do Contrato;

16.1.10. Exigir que seus técnicos ou empregados apresentem-se nas dependências da CONTRATANTE devidamente uniformizados, identificando-os com crachá e fotografia recente, bem como provê-los de Equipamentos de Proteção Individual – EPI adequados;

16.1.11. Responsabilizar-se pelo cumprimento, por parte de seus empregados, das normas disciplinares determinadas pela CONTRATANTE;

16.1.12. Assumir todas as responsabilidades e tomar as medidas necessárias ao atendimento dos seus empregados, acidentados ou com mal súbito, por meio de seu preposto, assumindo ainda as responsabilidades civil e penal, bem como as demais sanções legais decorrentes do descumprimento dessas responsabilidades;

16.1.13. Aceitar os acréscimos ou supressões que julgados necessários pela CONTRATANTE nos parâmetros estabelecidos na Lei 14.133/2021 e legislação correlata;

16.1.14. Informar aos seus empregados da proibição de retirarem-se dos prédios ou instalações da CONTRATANTE portando volumes ou objetos, sem a devida autorização da Fiscalização do Contrato;

16.1.15. Comunicar ao Contratante toda e qualquer irregularidade ocorrida ou observada no cumprimento das obrigações assumidas;

16.1.16. Cumprir as cláusulas contratuais e sempre que solicitado, deverá dirimir quaisquer esclarecimentos julgados necessários por esta Controladoria;

16.1.17. Responder, civil e penalmente, por quaisquer danos materiais ou pessoais ocasionados, à CONTRATANTE e/ou a terceiros, por seus empregados, dolosa ou culposamente, nos locais de trabalho;

16.1.18. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto do presente contrato;

16.1.19. Não veicular em hipótese alguma, publicidade ou qualquer outra informação acerca das atividades referentes ao fornecimento do Objeto deste Termo de Referência, sem prévia autorização da CONTRATANTE, mantendo total sigilo das informações (escritas, faladas, áudio, vídeo, imagens e produtos);

16.1.20. Ressarcir o valor correspondente aos danos causados em bens de propriedade da CONTRATANTE, o qual será calculado de acordo com o preço de mercado e recolhido por depósito a favor da CONTRATANTE. Caso os valores devidos não restarem pagos ou depositados, será automaticamente descontado do pagamento a que a CONTRATADA fizer jus. Em caso de saldo insuficiente, o valor complementar será cobrado administrativa e/ou judicialmente;

16.1.21. Relatar à fiscalização do Contrato toda e qualquer irregularidade, inclusive de ordem funcional, constatada durante a execução da entrega dos bens, cujo saneamento dependa de autorização para execução ou de providências por parte da CONTRATANTE, especialmente se representar risco para o patrimônio da CONTRATANTE;

16.1.22. Refazer às suas custas, todos os objetos que apresentarem defeitos ou quaisquer outras irregularidades constatadas pela Fiscalização, inclusive com reposição de peças danificadas durante a montagem e instalação dos bens;

16.1.23. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do produto, de acordo com os artigos 12, 13, 18 e 26, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

16.1.24. Responsabilizar-se pela garantia do Objeto, dentro dos padrões adequados de qualidade, segurança, eficiência e desempenho, conforme previsto na legislação em vigor e na forma exigida neste termo de referência;

16.1.25. Observar, no que couber, as disposições do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990), o Código Civil Brasileiro, as Normas Técnicas, as Leis e os regulamentos pertinentes;

16.1.26. O dever previsto no subitem anterior implica na obrigação de, a critério da Administração, substituir, reparar, corrigir, remover, ou reconstruir, às suas expensas, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, o produto com avarias ou defeitos.

16.2. A CONTRATADA, no ato do pagamento tem que estar em dias com todas as obrigações legais e apresentar todas as certidões que comprovem tal regularidade;

16.3. A CONTRATADA deverá comunicar à SEMA, no prazo de até 48 (quarenta e oito) horas, a existência de problemas para execução do objeto contratado;

16.4. Cabe ainda à CONTRATADA a reposição imediata, quando da ocorrência de quaisquer distúrbios ou anormalidades que impeçam o bom desempenho e perfeito funcionamento dos materiais, responsabilizando-se ainda se for o caso pelo acionamento do fabricante para ressarcimento e/ou indenização eximindo a CONTRATANTE de quaisquer ônus a este título;

16.5. A CONTRATADA será obrigada a obter todas as licenças, aprovações e autorizações necessárias a execução do objeto contratado, responsabilizando-se pelo pagamento de todas as taxas e/ou emolumentos legais vigentes prescritos, observando as Leis, Regulamentos, Normas e Posturas referentes aos serviços e à segurança pública, além de arcar com o pagamento de seguro pessoal, despesas decorrentes das leis trabalhistas e impostos, transporte de pessoal, alimentação, salários, e demais custos para realização do objeto contratado. É obrigada ao cumprimento de quaisquer formalidades e ao pagamento, a sua custa, das multas porventura impostas pelas autoridades, mesmo daquelas que, por força dos dispositivos legais, sejam atribuídas à CONTRATANTE;

16.6. O descumprimento total ou parcial das responsabilidades acessórias assumidas pela CONTRATADA em decorrência da execução do Contrato ensejará a aplicação de sanções administrativas previstas no instrumento convocatório e na legislação vigente.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA GARANTIA DO OBJETO

17.1. Os produtos deverão possuir **garantia mínima de 90 (noventa) dias** contra defeitos de fabricação.

17.2. Itens com defeito deverão ser substituídos pela contratada **sem ônus adicional à Administração**, no prazo máximo de **10 (dez) dias úteis** após notificação.

18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

18.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

18.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- a) Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- b) Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- c) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- d) Multa, na forma prevista na legislação vigente.

18.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021);

18.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021);

18.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021);

18.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021);

18.7. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente;

18.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar;

18.9. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

18.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159);

18.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus

administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021);

18.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021);

18.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21;

18.14. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

19. CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

19.1. As despesas decorrentes da contratação correrão à conta dos recursos consignados abaixo:

19.1.1. Cód. Órgão / Unidade Executora:

19.1.2. Programa de Trabalho:

19.1.3. Elemento de Despesa:

19.1.4. Fonte de Recurso:

20. CLÁUSULA VIGÉSSIMA - DA RESCISÃO

20.1. Constituem motivos para rescisão deste Contrato:

- a) o não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações ou prazos;
- b) o cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações ou prazos;
- c) a lentidão do seu cumprimento, levando O contratante a comprovar a impossibilidade da conclusão das entrega nos prazos estipulados neste Contrato;
- d) o atraso injustificado no início da entrega;
- e) o desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a execução desde Contrato, assim como a de seus superiores;
- f) o cometimento reiterado de falhas na execução, anotadas na forma da lei 14.133/2021;
- g) razões de interesse público (Art. 104, I, da Lei nº 14.133/21);
- h) supressão, por parte da CONTRATANTE, dos bens, acarretando modificação do valor inicial deste Contrato, além do limite permitido;
- i) a ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução deste Contrato;
- j) Descumprimento de alguma das hipótese previstas no art. 155 da Lei nº 14.133/21, sem prejuízo das sanções penais cabíveis.

20.2. SUBCLÁUSULA ÚNICA - FORMAS DE RESCISÃO

20.2.1. A rescisão do contrato poderá ser:

- a) Determinada por ato unilateral e por escrito da Administração, nos casos enumerados em lei;
- b) Amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração;
- c) Judicial, nos termos da legislação.

21. CLÁUSULA VIGÉSSIMA PRIMEIRA - DOS CASOS OMISSOS

21.0.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

22. CLÁUSULA VIGÉSSIMA SEGUNDA - ALTERAÇÕES

22.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

22.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

22.3. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

23. CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - ANTICORRUPÇÃO

23.1. **Compromisso com a Integridade:** A Contratada declara expressamente que não oferecerá, dará, prometerá, solicitará ou aceitará, direta ou indiretamente, qualquer vantagem indevida, suborno, propina, comissão ou qualquer outra forma de benefício ilícito a agentes públicos ou terceiros em razão deste contrato.

23.2. **Conformidade com a Legislação:** A Contratada se compromete a cumprir todas as disposições da Lei Federal n.º 12.846/2013 (Lei Anticorrupção), da Lei Estadual n.º 3.747/2021 (Programa de Integridade e Compliance do Estado do Acre) e demais normas aplicáveis.

24. CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS

24.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021 e no Decreto Estadual nº 11.363, de 22 de novembro de 2023, que regulamenta a Lei nº 14.133/2021 no âmbito do Estado do Acre, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

25. CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA- PUBLICAÇÃO

25.1. A publicação resumida do presente contrato no Diário Oficial do Estado, é condição indispensável para sua eficácia, bem como sua disponibilização em Portal Nacional de Compras será providenciada pela Contratante.

26. CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA - FORO

26.0.1. Fica eleito o foro da Justiça Comum da Comarca de Rio Branco, Acre, como competente para dirimir quaisquer questões oriundas do presente contrato, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

26.0.2. E assim, por estarem às partes de acordo, justas e contratadas, foi lavrado o presente termo em 02 (duas) vias de igual teor e forma, que, depois de lido e achado conforme, é assinado pelas partes para que produza todos os efeitos de direito, na presença das testemunhas abaixo identificadas e assinadas.

Leonardo das Neves Carvalho
Secretario de Estado do Meio Ambiente - SEMA
Decreto nº 8.131-P de 15 de outubro de 2024

XXXXXXXXXXXXX
Sócio-administrador XXXXXXXXXX
CNPJ nº XXXXXXXXXX/XXXXXXXX



Documento assinado eletronicamente por **ROMERIO BAYMA CRAVEIRO, Cargo Comissionado**, em 30/01/2026, às 14:03, conforme horário oficial do Acre, com fundamento no art. 11, § 3º, da [Instrução Normativa Conjunta SGA/CGE nº 001, de 22 de fevereiro de 2018](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://www.sei.ac.gov.br/autenticidade>, informando o código verificador **0019228375** e o código CRC **AEC99F3B**.

Referência: Processo nº 0820.017137.00101/2025-69

SEI nº 0019228375

ANEXO III DO EDITAL - PROPOSTA DE PREÇOS (MODELO)

Referente: Edital Pregão Eletrônico N.º ____/____.

Apresentamos a V.S., nossa Proposta de fornecimento de serviços especializados _____, nos termos do Edital e seus Anexos.

NOME COMPLETO DO LICITANTE: _____

CNPJ: _____

ENDEREÇO: _____

EMAIL: _____

TELEFONE: _____

CONFORME TABELA CONSTANTE NO ITEM 1.2 DO TERMO DE REFERÊNCIA

O **prazo de validade** de nossa **proposta de preços é de xxx (xxxxxxxx) dias**, contados da data da abertura da licitação.

Prazo de entrega conforme especificações do Anexo I.

Declaramos que nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

Declaramos que estamos de pleno acordo com todas as condições estabelecidas no Edital e seus Anexos, bem como aceitamos todas as obrigações e responsabilidades especificadas no Termo de Referência.

Local e data

Assinatura do representante legal da empresa

Notas:

1. **Em caso de discordância existente entre as especificações deste objeto descritas no COMPRASGOV e as especificações constantes do Anexo I – Termo de Referência deste Edital prevalecerão às últimas.**
2. O prazo mínimo de validade da proposta será de 60 dias a contar da sessão pública.
3. Vide outras determinações no Anexo I – Termo de Referência, deste Edital.

Referência: Processo nº 0820.017137.00101/2025-69

SEI nº 0020510970